



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas

Sara Filipa Dias Monteiro

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor Otávio Ribeiro Raposo, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor João Pedro Marceneiro Gaspar, Investigador,  
Universidade de Coimbra

Setembro, 2024





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas

Sara Filipa Dias Monteiro

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor Otávio Ribeiro Raposo, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor João Pedro Marceneiro Gaspar, Investigador,  
Universidade de Coimbra

Setembro, 2024



## **Agradecimentos**

Crescer, amadurecer, aprender não são processos lineares. A natureza de qualquer ser vivo é lutar pela sua sobrevivência. O ser humano, quando sente desconforto, receio, ativa mecanismos de fuga. Os comboios da oportunidade nem sempre param na nossa estação, é preciso coragem e resiliência para não perder nenhum comboio.

A quem me concedeu a oportunidade de apanhar alguns comboios da oportunidade:

À minha família, aos meus pais que me concederam o privilégio de estudar. Ao meu pai, por permitir que o valor das propinas não fossem um obstáculo à continuação e conclusão do meu percurso académico.

Aos meus amigos. Às minhas manas. À Teresa Sarreira, (que antes de ser minha amiga, foi minha coordenadora), pelas oportunidades que me concedeu, por ter acreditado no meu potencial enquanto mais ninguém acreditou.

Aos meus colegas de mestrado, por todos os apontamentos partilhados, angústias sabores e dissabores. Aos meus colegas de trabalho pela empatia, e por todas as trocas de horários.

A todos os meus professores, desde o 1º ciclo até ao ensino superior, creio que não têm noção do impacto que tiveram na construção do meu ser. Refiro-me aos professores que se dedicam com todo o coração que ensinam com gosto e que acreditam que a educação é a base fundamental no desenvolvimento de qualquer ser humano.

Ao meu orientador Sr. Professor Doutor Ótávio Raposo, por me ter tirado da minha zona de conforto e ter colocado a minha capacidade de resiliência à prova.

Ao meu coorientador Sr. Professor Doutor João Pedro Gaspar, por toda a sua entrega, disponibilidade e por partilharmos a mesma paixão relativamente a crianças e jovens acolhidos. Continuo a admirar a sua entrega “às nossas e nossos”, crianças e jovens. Grata por me ensinar, mesmo com receio, a não perder nenhum comboio.

Por fim, e porque este será sempre o meu ponto de partida, a todas as crianças e jovens que me concederam a oportunidade de ser educadora, por todas as aprendizagens. Espero que saibam o quanto admiro toda a vossa coragem. À Vitória, às minhas 4 jovens residentes no apartamento de pré-autonomia, por termos mergulhado juntas nesta aventura, que é a vida.



## Resumo

A transição para a vida adulta é um processo que determina a passagem da adolescência para a idade adulta. Nesta transição ocorrem diversas alterações para o indivíduo. Para alcançar uma autonomia estrutural e funcional, os jovens adultos muitas vezes deparam-se com obstáculos nesta transição, nomeadamente os desafios da independência financeira, conclusão dos estudos, responsabilidades domésticas, saúde mental, competência sociais, etc.

Um jovem adulto com rede de apoio, apesar de passar por obstáculos na transição para a vida adulta tem uma rede a quem pode recorrer. No entanto, crianças e jovens que crescem em casas de acolhimento e vão para autonomia de vida, a quem podem recorrer?

Jovens em autonomia de vida, sem qualquer rede de suporte, ficam sem resposta do Estado Português. É indiscutível a necessidade de acompanhamento técnico nesta transição bem como apoios específicos e necessários a estes jovens.

Esta dissertação tem como objetivo debater os desafios da transição para a vida adulta dos jovens acolhidos e ex-acolhidos, e será também uma oportunidade para sensibilizar a academia e decisores políticos para as dificuldades nesta mesma transição e os ritos de impasse dos jovens acolhidos nos seus processos de autonomização.

Nesta investigação, com recurso a três metodologias distintas, foi realizado um trabalho de campo num apartamento de pré-autonomia numa Casa de Acolhimento, em Lisboa, por via da observação-participante de inspiração etnográfica, com recurso ao diário de campo. Bem como foram realizadas entrevistas semi-dirigidas a uma jovem acolhida e a uma jovem ex-acolhida, à diretora técnica da casa e à coordenadora da equipa educativa. Por fim, foi aplicado o método biográfico. Urge repensar as práticas de proteção e promoção na autonomia, sendo que existe uma transição abrupta e escassez de acompanhamento para jovens ex-acolhidos, agravando instabilidade na autonomia de vida.

•

Palavras-Chave: Juventude; Acolhimento; Autonomia; Transição; Impasse



## **Abstract**

The transition to adulthood is a process that marks the passage from adolescence to adulthood. During this transition, several changes occur for the individual. In order to achieve structural and functional autonomy, young adults often face obstacles in this transition, such as challenges related to financial independence, completing studies, household responsibilities, mental health, social skills, etc.

A young adult with a support network, despite facing obstacles during the transition to adulthood, has people they can rely on. However, children and young people who grow up in foster care and move towards independent living—who can they turn to?

Young people in independent living, without any support network, receive no response from the Portuguese State. The need for technical support during this transition, as well as specific and necessary assistance for these young people, is indisputable.

The aim of this dissertation is to discuss the challenges of the transition to adulthood for young people in foster care and former foster children. It will also serve as an opportunity to raise awareness among academics and policymakers about the difficulties in this transition and the obstacles faced by young people in care during their process of achieving independence.

In this research, using three distinct methodologies, fieldwork was carried out in a pre-autonomy apartment in a foster home in Lisbon, through ethnographic-inspired participant observation, using a field diary. Semi-structured interviews were conducted with a young person in foster care, a former foster child, the technical director of the home, and the coordinator of the educational team. Finally, the biographical method was applied.

There is an urgent need to rethink practices in protection and autonomy promotion, as there is an abrupt transition and a lack of support for former foster children, worsening instability in their independent living.

Keywords: Youth; Foster Care; Autonomy; Transition; Deadlock



## Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract .....	v
Índice de Tabelas.....	xi
Índice de Figuras .....	xiii
Glossário de siglas e abreviaturas .....	xv
Introdução .....	1
Metodologia .....	5
Capítulo I-Infância e Juventude .....	9
1.1) Infância e juventude como construção social .....	9
1.2) Transição para a vida adulta e ritos de impasse .....	11
1.3) Juventude de risco e autonomia .....	12
Capítulo II- Proteção na Infância .....	15
2.1) Maus tratos infantis: problema histórico-cultural .....	15
2.2) Instituições reguladoras da infância e juventude .....	15
2.3) Medida Protetiva de Acolhimento Residencial.....	17
Capítulo III: Casa da Lua .....	23
3.1) Quotidiano da Casa de Acolhimento .....	23
3.2) O Percurso da Caetana - “A minha vida resumida a uma mala”.....	25
3.3) O Percurso da Vitória: Viagem de Resiliência .....	30
Capítulo IV: Acolhimento de intencionalidade Terapêutica .....	37
4.1) O olhar de quem aqui trabalha .....	37
4.2) As regras, a transição .....	43
Capítulo V: Políticas Públicas- A Discussão .....	45
Conclusão.....	49
Referências Bibliográficas .....	53
Anexos.....	57



## **Anexos**

Anexo A- Enquadramento das jovens acolhidas (e ex-acolhida) residentes no apartamento de pré-autonomia à data da pesquisa e que foram entrevistadas .....	A
Anexo B- Conceito de Risco vs Perigo.....	B
Anexo C- Consentimento Informado.....	C
Anexo D- Guiões de Entrevista.....	D
Anexo E- Casa da Lua 1945-2023.....	E
Anexo F- Desenhos Caetana.....	F



## Índice de Tabelas

Tabela 1- Respostas de Acolhimento em Portugal .....	-17-
Tabela 2- Comparação de Percentagem de Crianças em Acolhimento com outros países da U.E 2021.....	-19-
Tabela 3-Jovens acolhidas no apartamento de pré-autonomia.....	A
Tabela 4- Situação de risco vs situação de perigo.....	B



## Índice de Figuras

Figura 2.1 Pirâmide da Subsidiariedade.....	-15-
Figura 2.2-A evolução da situação crianças e jovens em acolhimento familiar.....	-18-
Figura 2.3 Evolução do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, entradas e saídas entre 2006 e 2022 (Nº).....	-20-
Figura 0.1 Refeitório  1945.....	C
Figura 0.2- Sala de refeições  2023 .....	C
Figura 0.3-Sala de aula   1945 .....	C
Figura 0.4-Sala de Estudo  2023 .....	C
Figura 0.5-Dormitório  1945 .....	C
Figura 0.6-Quarto  2023 .....	C
Figura 0.7-Desenhos elaborados pela Caetana.....	D



## **Glossário de siglas e abreviaturas**

**Apartamento de Autonomização (AA)** - pequenas unidades residenciais destinadas a jovens a partir dos 15 anos, cujo projeto de vida passa pela autonomização.

**APAV**-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

**Casa de Acolhimento de Emergência (AE)** - pequenas unidades residenciais vocacionadas exclusivamente para o acolhimento de emergência.

**Casa Abrigo (CA)** - resposta social destinada ao acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filho(s), que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais

**CA** – Casa de Acolhimento

**CAFAP**-Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

**CASA** – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento

**Centro de Apoio à Vida (CAV)** - pequenas unidades residenciais destinadas a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos.

**CEE**- Coordenadora da Equipa Educativa

**Colégio de Ensino Especial (CEE)** - resposta de educação especial, pedagógica e terapêutica especialmente dirigida a crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

**CICDR**- Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

**CNPDP CJ**- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

**Comunidades de Inserção (CI)** - resposta social desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CPJ** – Centro de Promoção Juvenil

**Comunidade Terapêutica (CT)** - resposta de internamento prolongado às quais compete prestar cuidados a doentes toxicodependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, com apoio psicoterapêutico e socio terapêutico, sob supervisão psiquiátrica.

**DT-** Diretora Técnica

**ENA-** Escola Nacional de Administração

**IAC-** Instituto de Apoio à Criança

**IAS-** Indexante de Apoios Sociais

**INE-** Instituto Nacional de Estatística

**IPSSIP-** Instituição Particular de Solidariedade Social e de Interesse Público

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**ISS-** Instituto da Segurança Social

**Lar de Apoio (LA)** - resposta social vocacionada para o acolhimento de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

**Lar Residenciais (LR)** - resposta social vocacionada para o acolhimento de crianças, jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

**MP-** Ministério Público

**ONU-** Organização das Nações Unidas

**PAJE-** Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos

**RNCCI-** Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrado

**UNICEF-** Fundo das Nações Unidas para a Infância



*“Viver em acolhimento, eu diria que é um mundo super à parte, um mundo onde as cores têm cores, onde se pode crescer livremente e onde podes ser tu, eu acho que não há coisas que resumam, porque é muito mais do que isto, muito mais...”*

*Caetana, 19 anos*

## Introdução

O tema das crianças e jovens em risco esteve no centro dos meus interesses de pesquisa desde a licenciatura, quando concluí o estágio curricular no Centro Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), no Montijo com crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em (CPCJ) e pelos Tribunais de Famílias de Menores (TFM). Esta foi a minha primeira experiência com crianças que apresentam lacunas no seu bem-estar e desenvolvimento, sejam estas: desprovidas de afeto, proteção, educação, saúde, condições habitacionais e financeiras. Todavia, as carências no desenvolvimento de um ser-humano, acarretam, muitas vezes como Giddens defende: “A falta de sentido pessoal- a sensação de que a vida não tem nada a oferecer” (2013:16). Ainda o mesmo autor defende que o “isolamento existencial” não está maioritariamente relacionado com a “separação do individuo dos outros, mas uma separação dos recursos morais necessários para viver uma existência plena e satisfatória.” (idem:16). O facto de ser sensível às questões da proteção de menores, suscitou a curiosidade de compreender a lei de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e de como se aplicam medidas protetivas de acolhimento residencial e por fim, como são acolhidas e quais as expectativas e realidades das crianças e jovens que vivem em casas de acolhimento.

Em agosto de 2021, integrei a equipa educativa do Centro Promoção Juvenil (CPJ)- Casa da Lua<sup>1</sup> em Lisboa (entenda-se que este CPJ, é um Lar de Infância e Juventude LIJ e também é denominado por casa de acolhimento CA).

Em janeiro de 2022 tive mudança de funções passando de educadora, a gestora de saúde e educação (GSE), integrando dessa forma a equipa técnica da casa. A diferença das funções, passa por algumas alterações. Uma educadora trabalha por turnos, manhãs (8h-16h), tardes (16h-24h), noites (24h-8h00), sendo responsável todo o turno pelo bem-estar físico e emocional das crianças e jovens: contenção de emoções, rotina, higiene, refeições, administração de medicação, organização de atividades. Sendo que na equipa técnica, enquanto profissionais não estão tanto tempo presentes na rotina dos jovens e das crianças. Os horários eram compreendidos entres as 9h00 e as 20h00 e as principais funções passavam pela organização das crianças e jovens em ambiente escolar: reuniões de encarregados de educação nas escolas, acompanhamento permanente no estudo, verificações de necessidades de materiais... e no âmbito da saúde, no acompanhamento a consultas médicas e a gestão de marcação de consultas. Em agosto de 2022, face à necessidade de corresponder às características das jovens, foi criada

---

<sup>1</sup> De modo a salvaguardar a identidade da CA, dos profissionais e das jovens, todos os nomes apresentados nesta dissertação são fictícios.

pela Casa da Lua nas suas instalações, um apartamento de pré-autonomia, a Casa Flor com capacidade para quatro jovens. Foi-me proposta a coordenação deste apartamento, sendo que neste espaço não existe a necessidade permanente de um educador nas instalações. Como coordenadora deste apartamento, tive uma fusão das minhas duas funções anteriores, desde ser educadora das jovens, bem como gestora de saúde e educação.

Sem dúvida que todos os teóricos deveriam ter a experiência da prática, e os profissionais da prática, o conhecimento teórico. Foi com esta premissa que decidi integrar o mestrado em Sociologia, optando por realizar uma investigação sobre as jovens acolhidas, dada a relação de confiança e as experiências partilhadas. O foco principal desta pesquisa direcionou-se para as dificuldades na transição para a vida adulta e os ritos de impasse das jovens acolhidas nos seus processos de autonomização. Estas jovens tinham entre 18 e os 21 anos, todas elas são do sexo feminino<sup>2</sup> e residiam no apartamento de pré-autonomia. Optei desta forma por realizar um trabalho de campo para observar o quotidiano de 4 jovens acolhidas residentes no apartamento de pré-autonomia. Na fase de elaboração do mestrado, mantinham-se muitas das minhas inquietações. Enquanto profissional desta área, compreendi que nenhuma criança e jovem merece crescer e viver numa casa de acolhimento. O acolhimento é apenas um “mal menor”, um rito de passagem para determinadas crianças e jovens destituídas de oportunidades.

Segundo a informação disponibilizada pela Segurança Social, o acolhimento familiar é:

Uma medida de promoção e proteção de carácter temporário, decidida pelos tribunais ou pelas comissões de proteção de crianças e jovens, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, visando a integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao desenvolvimento integral. (Segurança Social, 2024)

Existem países na União Europeia que apostam e promovem o acolhimento familiar, como é o caso da Sérvia que em 2021, apresentava uma taxa de 92% relativamente às crianças em Acolhimento Familiar, sendo que 8% se encontrava em acolhimento residencial, ou como o caso da Letónia que apresenta uma taxa de 83% de crianças em acolhimento familiar (UNICEF, 2024). Em Portugal, segundo os dados do relatório CASA 2022, 84,4% das crianças acolhidas, encontra-se em acolhimento residencial (aproximadamente) apenas 3,6% das crianças e jovens

---

<sup>2</sup> Este dado justifica-se, pois, a Casa da Lua passou a ter uma tipologia mista a partir de 2021. Até esta data e desde a sua fundação, a casa só acolhia crianças e jovens do género feminino).

acolhidos se encontra em acolhimento familiar. No âmbito do novo programa de Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens, lançado a 1 de junho de 2023, Portugal pretende diminuir em 80%, a taxa de jovens em acolhimento residencial e fomentar o acolhimento familiar até 2030.

A tendência para o preconceito dos jovens acolhidos num prisma de anomia e do desvio, continua a ser usual, sendo que ainda é muito observada em discursos científicos. O desafio de quebrar ciclos é talvez a supra máxima de quem trabalha em casas de acolhimento, e eu não sou diferente. Tenho a esperança e acredito que as novas gerações poderão fazer diferente, que os filhos destas jovens não se mantenham em ciclos de pobreza e de abandono afetivo e educativo e que haja uma maior aposta no acolhimento familiar. Apesar de já não trabalhar numa casa de acolhimento<sup>3</sup> creio, que esta investigação de mestrado permitir-me-á sensibilizar a academia e decisores políticos para as dificuldades na transição para a vida adulta e os ritos de impasse das jovens acolhidas nos seus processos de autonomização. Esta dissertação foi uma oportunidade de sistematizar os meus conhecimentos profissionais com toda a teoria adquirida durante a minha frequência neste mestrado.

As dificuldades encontradas foram mais do que muitas, os confrontos entre a ética e as minhas questões pessoais foram inevitáveis. O facto de realizar um diário de campo, no meu local de trabalho, foi definitivamente um desafio. Senti necessidade de estabelecer limites entre o que era o “eu” enquanto profissional e o “eu” enquanto investigadora. É importante referenciar que trabalhar em acolhimento é uma tarefa árdua e que acusei muitas vezes cansaço, pois muitas vezes trabalhei longas horas seguidas e logo a seguir tinha que ter a capacidade de promover a investigação. Entre agosto de 2022 a março de 2023, com base no diário de campo e em inspirações etnográficas, observei de forma constante os medos e inseguranças destas quatro jovens que residiam no apartamento de pré-autonomia. Muitos destes medos estavam e estão relacionados com a transição para a vida adulta e a aquisição de autonomia, após a saída da casa de acolhimento<sup>4</sup>.

A limitação do número de páginas também multiplicou diversos desafios, nomeadamente a incerteza do número de entrevistas a serem realizadas, e a definição dos objetivos. Nesta dissertação optei por incluir apenas um percurso de uma das jovens acolhidas

---

<sup>3</sup> Desde março de 2023, encontro-me a trabalhar numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).

<sup>4</sup> É importante ter em conta que esta casa de acolhimento se situa na cidade de Lisboa. Se por um lado Lisboa tem um grande volume de concentração de emprego, por outro lado, segundo Banha (2018), o preço das casas em Lisboa afasta os jovens de classe média e baixa, pelo que o perfil dos moradores em Lisboa está a modificar-se, um quarto dos novos moradores de Lisboa entre os anos de 2019 e 2021 vieram do estrangeiro (Banha, 2018).

(das quatro jovens que estavam acolhidas no apartamento de pré-autonomia), e um percurso de outra jovem ex-acolhida. Privilegiar um trabalho de inspirações etnográficas permitiu-me uma compreensão condescendente destas realidades, sendo que para este estudo não faria sentido abordar a temática da casa de acolhimento sem conhecer quem vive e como se vive em acolhimento, contextualizando na sua condição e ter em atenção as suas rotinas sob o ponto de vista e na sua relação comigo enquanto investigadora.

Nesta dissertação pretendo responder a diversas questões: será o acolhimento residencial a melhor resposta para o desenvolvimento integral das crianças e jovens provenientes de infâncias e juventudes traumáticas? O acolhimento residencial terá capacidade para dar resposta às crianças e jovens, mediante as transformações sociais? Quais são os apoios e acompanhamentos fornecidos aos jovens após a saída do acolhimento? Serão estes apoios suficientes para jovens acolhidos e os seus processos de autonomização e transição para a vida adulta?

Esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira parte, dividida em dois subcapítulos, faço o enquadramento teórico, relativamente à infância e juventude, bem como é retratada a juventude como construção social e os seus ritos de impasse. É elaborada também uma contextualização referente aos maus tratos infantis, abordando assim a lei de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo com enfoque no acolhimento residencial e no processo de autonomia das jovens em acolhimento. Na segunda parte está a “alma” desta dissertação. Contextualizo a Casa da Lua, cujo o foco principal são as entrevistas realizadas a duas jovens. A partir de uma inspiração etnográfica, utilizo o registo do diário de campo de forma a anotar as expectativas e realidades do que é e do que foi viver em acolhimento procurando dialogar com os pontos de vista das jovens. Será possível também, nesta segunda parte, ler testemunhos da diretora técnica da casa e da coordenadora da equipa educativa, duas profissionais que partilham os desafios, os receios e as motivações de trabalharem em acolhimento.

## Metodologia

A Casa Flor é um apartamento de pré-autonomia<sup>5</sup>, situado nas instalações da casa de acolhimento, Casa da Lua. Situado no 3º Piso desta Casa de Acolhimento (CA), este apartamento de pré-autonomia foi inaugurado em agosto de 2022. A Casa Flor tem capacidade para 4 jovens e pretende contribuir para uma diminuição dos fatores de risco nas jovens que saem do acolhimento para a vida autónoma, comprometendo-se a formá-las em várias áreas da vida, quer seja a nível financeiro, doméstico, pessoal, social, profissional; como nas áreas da saúde física, mental e sexual. Para as jovens serem admitidas neste apartamento existem critérios específicos que foram estabelecidos pela equipa da casa: idade igual ou superior a 16 anos, ter como projeto de vida a autonomização, mostrar-se responsável e empenhado no seu projeto de vida, estar a estudar e/ou estar a desenvolver a atividade profissional, respeitar as regras da casa, não haver consumos regulares de canabinóides (ou outras substâncias ilícitas) que interfiram na dinâmica da casa e do grupo, tampouco assumir comportamentos indicadores de instabilidade emocional (comportamentos auto lesivos, dificuldade na autorregulação e impulsividade). Em agosto de 2022, três jovens integraram este apartamento<sup>6</sup>.

Ao definir como centro de pesquisa a transição para a vida adulta e os ritos de impasse das jovens acolhidas, pretendi estudar por via da observação do quotidiano das mesmas com o intuito de compreender os desafios presentes na autonomização das jovens residentes no apartamento de pré-autonomia- Casa Flor. Recorri a três metodologias diferenciadas: entrevistas semi-dirigidas, observação-participante de inspiração etnográfica, com recurso ao diário de campo e, por fim, recorri ao método biográfico.

Através destas estratégias metodológicas, procurei entender qual o meu papel enquanto investigadora neste processo, desde os caminhos optados por mim na construção da investigação até à forma de utilizar os meus conhecimentos teóricos em contexto de acolhimento. Considero que o grande desafio para além da aproximação ao quotidiano e à vida pessoal destas jovens, prendeu-se em saber diferenciar o meu papel enquanto investigadora e educadora. Como defende Burawoy (2004) “A pesquisa sociológica não é apenas uma questão de observar a realidade social, mas envolve um envolvimento ativo com a própria prática e a necessidade de refletir sobre as implicações do trabalho profissional do sociólogo para a sua

---

<sup>5</sup> Existe diferenciação entre apartamentos de pré-autonomia e apartamentos de autonomização. Por norma um apartamento de pré-autonomia localiza-se nas mesmas instalações da Casa de Acolhimento. Enquanto os Apartamentos de Autonomização (AA) são unidades residências fora das casas de acolhimento.

<sup>6</sup> Todas as integrantes, já se encontravam há mais de 3anos acolhidas nas unidades da Casa de Acolhimento-Casa da Lua.

prática de investigação” (p.15). Este autor defende que um sociólogo deve estar ciente das suas práticas bem como as implicações das mesmas na investigação. Implicando dessa forma que as condições de trabalho e os papéis profissionais podem influenciar e ser influenciados pela pesquisa realizada. Para Burawoy (2009), o papel do sociólogo é dinâmico e a investigação não pode ser completamente separada da prática profissional.

Foi essencial uma presença prolongada para acompanhar as jovens no seu quotidiano. O facto de este ter sido o meu local de trabalho, facilitou a minha pesquisa no sentido que me foi permitido obter informação privilegiada. Algumas jovens mantinham uma relação de confiança comigo, o que facilitou a realização de entrevistas semi-dirigidas que traduzissem percursos escolares, de quotidiano, de lazer, bem como os comportamentos, os rituais, os projetos de vida, as expectativas, as redes de amizade, os medos, as inseguranças... Ao trabalhar na Casa da Lua, desde agosto de 2021 a março de 2023 e, posteriormente, ter realizado um trabalho de campo na Casa Flor, permitiu visualizar em termos de inspirações etnográficas as redes de sociabilidade destas jovens bem como as suas angústias e desafios. Realizar uma etnografia naquele que era o meu local de trabalho conferiu-me uma compreensão profunda dos processos internos e das dinâmicas sociais, por outro lado colocou-me alguns desafios e limitações. Concedeu-me a compreensão detalhada das práticas, valores e interações diárias das jovens. Deste modo, possibilitou-me a uma análise mais detalhada das relações sociais das jovens e receber um feedback autêntico, que não era influenciado por quaisquer perguntas. Numa outra perspetiva, sendo o meu local de trabalho, algumas vezes fui solicitada enquanto profissional quer por colegas, quer pelas jovens, ficando o trabalho de pesquisa por breves momentos interrompido.

Para além da presença diária no terreno, a minha metodologia conforme descrito anteriormente, considerou a observação participante, o que me permitiu desenvolver uma compreensão mais holística e imersiva das questões em estudo. Goffman (2014), defende que a observação participante permite uma compreensão mais rica das dinâmicas sociais e institucionais: “A observação participante oferece uma janela única para as experiências diárias dos indivíduos, especialmente em contextos onde as estruturas institucionais e sociais têm um impacto profundo nas suas vidas” (Goffman, 2014, p. 120).

Ser educadora na Casa da Lua, influenciou sem dúvida as metodologias optadas. De todo que não fui uma observadora passiva, e sem dúvida que influenciei o quotidiano das jovens, sendo que para algumas era a sua educadora de referência. Desse modo, ao iniciar o trabalho de campo adotei a metodologia de “investigação-ação participativa”, sendo que me mantive a trabalhar na Casa da Lua desde o início do mestrado. Esta metodologia permitiu aliar-me às jovens no seu quotidiano, sendo, como refere Raposo (2007), que mais do que uma “observadora participante” fui uma “participante observadora”. Acredito que esta escolha

apresentou mais vantagens do que desvantagens, muitas partilhas realizadas pelas jovens aconteceram pela confiança que tinham e pelos laços já estabelecidos comigo. Estas relações auxiliaram bastante toda esta investigação, pois aquilo que observava ocorria de forma natural, sem que as jovens se sentissem julgadas, e/ou avaliadas.

Realizei trabalho de campo durante seis meses (agosto de 2022 a março de 2023<sup>7</sup>), mantive uma presença regular na casa, em média estava entre três a cinco dias por semana na Casa Flor. O trabalho de campo foi sempre realizado a partir das 18h00<sup>8</sup> (hora em que as jovens começam a regressar a casa), privilegiei a observação e as interações entre todas as jovens.

Senti diversas indecisões durante a investigação, nomeadamente, não sabia que jovens optar para realizar as entrevistas. Não pretendi cingir-me apenas às jovens que mantinham um percurso mais linear e menos tortuoso, mas, por outro lado, não era objetivo analisar somente as dificuldades, medos e receios sentidos por estas jovens. Optei pelas jovens que se demonstraram disponíveis para partilhar as suas histórias de vida e que me permitissem analisar os seus percursos biográficos em prol da profundidade e da qualidade da pesquisa. Optei também por um número reduzido de entrevistadas em prol da profundidade das mesmas. Um dos critérios aplicados na escolha das jovens era a integração no apartamento de pré autonomia e com idades compreendidas entre 18 e 25 anos. As entrevistas às jovens, bem como aos membros da equipa, foram realizadas no mês de maio<sup>9</sup> de 2023, na Casa da Lua, nos quartos das jovens ou nas salas da equipa técnica ou da coordenadora da equipa educativa (CEE). Estes critérios excluíram todas as crianças e jovens que residiam nas unidades da Casa da Lua. Foram elaborados três guiões para as entrevistas: para as jovens acolhidas, para a jovem ex-acolhida e para a diretora técnica e coordenadora da equipa educativa. Porém, decidi permitir a todos os entrevistados que falassem à vontade, intervindo apenas para facultar uma linha condutora à entrevista. Como refere Creswell, J. W. (2018) as entrevistas semi-dirigidas promovem que os investigadores captem dados aprofundados, incentivando os entrevistados a compartilharem as suas experiências e perspetivas, enquanto ainda seguem um guião estruturado (p.186). Na transcrição da entrevista optei por reproduzir na íntegra as declarações, incluindo os calões e outras expressões informais. Das cinco entrevistas realizadas, nesta dissertação serão apresentadas quatro e de modo a salvaguardar a identidade das jovens, dos profissionais e da casa, neste sentido todos os nomes apresentados nesta dissertação são fictícios. Desse modo, foram realizadas entrevistas: a uma jovem acolhida (Caetana), uma entrevista a uma jovem ex-

---

<sup>7</sup> Em abril de 2023 preparei os guiões de entrevista e em maio de 2023, apliquei os mesmos.

<sup>8</sup> Sempre após a minha saída do horário laboral.

<sup>9</sup> Sendo que concluí o trabalho de campo em março de 2023.

acolhida (Vitória) e duas entrevistas às profissionais: diretora técnica da Casa da Lua e à coordenadora da equipa educativa respetivamente. A exclusão da entrevista feita com uma outra jovem acolhida (Bruna) foi decidida para garantir maior profundidade nas entrevistas realizadas e evitar exceder o número de páginas da dissertação. A utilização de um pequeno bloco de notas foi eficiente para registar observações durante o trabalho empírico e, posteriormente passar, a limpo para o diário de campo.

Giddens (1991), argumenta que a análise biográfica é imprescindível para compreender o impacto das mudanças na vida dos indivíduos. O mesmo autor, refere que: “A análise biográfica oferece uma perspetiva crucial para entender como as identidades pessoais são construídas e reconstruídas ao longo do tempo, em resposta às mudanças sociais e culturais.” (Giddens, 1991, p. 128). O método biográfico permitiu-me compreender melhor a realidade social do indivíduo, sendo que traduz os comportamentos concretos relativamente às experiências vividas. É impossível ter expectativas sobre crianças e jovens acolhidas sem ter presente todas as suas vivências.

Por fim, mencionar que foi uma mais valia ter acesso aos registos de turno<sup>10</sup>, às reuniões da equipa técnica e cruzar informação com diversos membros da equipa. O acesso a outros documentos, nomeadamente o relatório de atividades e o plano de ação também representou uma mais valia para esta investigação. O facto de ter sido educadora de referência de algumas jovens permitiu-me o contacto direto (era encarregada de educação das jovens) com as professoras e diretoras de turma, o que facilitou um olhar diferenciado sobre o comportamento das jovens num contexto para além do apartamento de pré-autonomia.

---

<sup>10</sup> Caderno onde cada educador que está de turno regista, descrevendo o comportamento e informações relevantes sobre cada criança e jovem.

## **Capítulo I-Infância e Juventude**

### **1.1) Infância e juventude como construção social**

A construção social da infância refere-se à infância, como uma fase da vida, não sendo uma entidade biologicamente determinada, mas socialmente construída e influenciada pelas normas, valores, práticas culturais e estruturas sociais de uma determinada sociedade. Essa perspectiva destaca que as ideias sobre o que significa ser uma criança, como as crianças devem ser tratadas e educadas, e qual é o papel delas na sociedade, são moldadas por fatores sociais e culturais. Como refere Zucchettie Bergamasch (2007):

A ideia de infâncias coloca-nos a perspectiva de construções sociais e proporciona-nos a compreensão de que ser criança difere de acordo com o espaço e o tempo desse grupo social. É nas múltiplas interações vividas que as infâncias vão-se fazendo, com marcas produzidas nas vivências, nas experiências de vida, proporcionando-nos a diversidade, permitindo-nos falar no plural. (p.216).

Assim sendo, é possível compreender que a infância não é uma experiência universal e homogênea, mas é moldada pelas características específicas de uma sociedade, sendo indispensável reconhecer a construção social da infância para entender a complexidade das experiências infantis em contextos culturais e sociais diversificados.

Para Sarmiento, Fernandes e Tomás (2017), a construção do campo teórico da sociologia da infância em Portugal iniciou-se na década de 1990. Os mesmos autores defendem que a visibilidade da infância em Portugal ganhou maiores contornos aproximadamente nos últimos 20 anos, devido à exposição à crise social. Referem que a perspectiva sobre a criança em Portugal “oscila entre o polo da redenção social e o polo da tragédia” (idem:47), fazendo referência aos acontecimentos graves e mediáticos que referenciam os sucessivos abusos sexuais de crianças acolhidas na instituição pública Casa Pia de Lisboa, por figuras de elite social. Ainda Sarmiento et al. (2017) reforçam ainda que a pobreza infantil é uma preocupação coletiva no sentido em que a mesma é superior à pobreza da população adulta. Na sociologia da infância cada vez mais é reconhecida a importância da validação dos conhecimentos, sentimentos e opiniões das crianças nas pesquisas e na tomada de decisões que afetam as suas vidas. Os mesmos autores destacam a importância de considerar as crianças como sujeitos sociais ativos, capazes de influenciar e contribuir para a sociedade. Os autores, reconhecem que as crianças não são meras recetoras passivas, mas sim indivíduos que têm poder de influência, o que por si só implica que as crianças têm as suas próprias experiências, desejos e necessidades.

Carles Feixa (1996) menciona como a idade tem sido um elemento de maior atenção nas ciências sociais, pelo seu carácter de princípio de organização social universal. No domínio da etnologia, o estudo dos ritos de passagem constitui-se, por exemplo, uma área clássica. Ainda assim, foi apenas nos últimos anos que o estudo da idade toma lugar enquanto objeto de reflexão central e não periférica para a pesquisa e teoria antropológica.

A idade enquanto construção cultural traz à tona a ideia que nem as fases em que dividem os ciclos vitais, nem os seus conteúdos culturais atribuídos a cada uma destas fases, são universais. No artigo de Delimbeuf (2017) no jornal Expresso:

O Irão, a Arábia Saudita ou o Iémen, a maioridade é instituída aos 15 anos, mas há outros, como o Líbano, a Malásia, Singapura que fixam a maioridade nos 21. Na Tailândia e em Taiwan, ela chega aos 20 anos. No Brasil, a maioridade civil só baixou dos 21 para os 18 anos em 2003. Em Portugal, a mesma alteração dos 21 para os 18 anos fez-se com a reforma do Código Civil de 1977. No Japão, apenas em 2015 se baixou a idade de voto dos 20 anos para os 18. (Secção Sociedade)

Phillippe Ariès (1978) defende que a escola, no final do século XVII, proporciona condições para a criação das noções de infância e juventude como etapas separadas da vida adulta, justamente por conta do isolamento de crianças e jovens adultos. Assim sendo, a criança deixa de aprender a vida diretamente através do contacto com os adultos, para integrar um processo de “escolarização” que ocorre no interior do espaço da escola. Deste modo, para Ariès (1978), a escola é a principal responsável pelo surgimento das categorias de infância e juventude.

Para Bordieu (1983), a juventude é uma construção social que se gera a partir da luta entre os jovens e os velhos. Para o autor, a noção de juventude apenas faria sentido, conceptualmente, no contraste entre os mais novos e os mais velhos, pois, “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística jovem” (p.113). James Coleman (1961) defende que a separação do indivíduo jovem do resto da sociedade e a sua agregação em grupos da sua idade, é o ponto central para criar um conjunto de relações específicas de determinada faixa etária. Para Coleman, os adolescentes, entre os colegas, constituem uma “pequena sociedade”. No trabalho de Coleman os jovens estudantes do ensino secundário desenvolvem uma identidade centrada na escola, e não nas ruas. Já Talcott Parsons (1942) defende que os grupos juvenis articulados na escola teriam a função de garantir a transição da família para o mundo institucional. Se a escola foi a principal responsável pelo surgimento de categorias de infância e juventude, hoje, no entanto, assiste-se a um processo

inverso, em que os jovens parecem recriar o espaço da juventude com novas demandas. Essa recriação decorre das próprias interações e redes de sociabilidade juvenis.

Numa visão mais contemporânea Bill Green e Chris Bigum (1998) discutem o novo papel desempenhado pelos jovens na escola, defendendo a ideia do surgimento de uma nova geração constituída pelos “sujeito-estudantes pós-modernos”. Tal constituição dever-se-ia às relações que a juventude estabelece, hoje, com as novas tecnologias, de comunicação e entretenimento e com a cultura popular de massa.

## **1.2) Transição para a vida adulta e ritos de impasse**

A transição para a vida adulta é um período de mudanças significativa na vida de um ser humano, marcada pela passagem da adolescência para a idade adulta. Contudo as experiências variam de cultura para cultura bem como de uma pessoa para outra, sendo que nestas transições pode estar incluído a formação acadêmica, a independência financeira, a mudança para uma habitação própria, a entrada e/ou o desenvolvimento da carreira, o desenvolvimento pessoal, o casamento e a formação de uma família própria bem como as responsabilidades legais. Estas transições não são estanques e podem ocorrer em momentos diferentes para cada indivíduo, sendo que a cultura e o contexto social são um fator predominante na forma como essas transições são experienciadas.

Segundo José Machado Pais, (2009), tem-se assistido a uma “crescente reversibilidade das trajetórias para a vida adulta” (p. 373), assim o autor propõe um conceito: yoyogeniezação da condição juvenil (Pais, 2005). O autor estabelece este conceito com base nos percursos dissonantes com que um jovem se depara, nomeadamente em contexto laboral “empregado ou desempregado”, ou até mesmo no contexto pessoal “casado e divorciado” bem como os desafios entre o abandono e o retorno à escola ou até mesmo à família de origem. O autor estabelece assim esta comparação com o século XX em que o casamento seria para “toda a vida”. Ainda Machado Pais (2009), caracteriza a atual condição juvenil como uma condição de “impasse”, pois muitos jovens viveriam uma “situação de impasse em relação ao seu futuro” (p 373). Pais (2009), refere que os jovens poderão atingir as “fronteiras simbólicas da juventude para a idade adulta”, porém muitos jovens não conseguem estabilizar a sua vida económica, o que por si só é um desafio para a independência dos mesmos.

Segundo Carvalho, Lopes & Cruz (2015), a saída de uma casa de acolhimento apresenta-se sempre como um momento de rutura que pode de uma forma indireta relembrar momentos anteriores do trajeto de vida das crianças e dos jovens e criar diversos impasses no desenvolvimento. De um adulto estável é expectável que o mesmo estabeleça relações seguras e estruturadas a longo prazo. Ainda Carvalho et al. (2015), referem que jovens acolhidos em casas

de acolhimento não têm referências positivas na infância que os permita conceber modelos de adultos com características seguras e saudáveis.

Como assinala Matos & Costa (1996):

As experiências afetivas ocorridas na infância revelam-se de extrema importância para o desenvolvimento do sujeito e muito particularmente de um sentido interno de segurança pessoal, não podemos descurar os diferentes contextos de vinculação que o sujeito vai percorrendo ao longo do ciclo de vida e o impacto que estes poderão ter na transformação de modelos construídos acerca de si próprio e do mundo. (p.51)

A transição de jovens acolhidos para a vida adulta, e mais especificamente para a vida autónoma, afigura-se como mais difícil comparativamente à população não acolhida, salientando-se os efeitos a curto prazo do acolhimento, mas, igualmente, e com grande destaque, os efeitos a longo prazo da permanência em instituições de acolhimento (Berzin, Rhodes, & Curtis, 2011).

O fator de vulnerabilidade<sup>11</sup> dos jovens acolhidos fomenta a probabilidade de serem beneficiários de apoios sociais após a saída da casa de acolhimento. O treino de competências potenciará a autonomização segura dos jovens, reduzindo a probabilidade de necessitarem destes serviços.

### **1.3) Juventude de risco e autonomia**

A juventude contempla uma grande diversidade de experiências e perspectivas, sendo que a abordagem desta temática não pode ser estanque. Esta é influenciada por diversos fatores como anteriormente referidos, nomeadamente: classe social, género, etnia, orientação sexual e estilo de vida. Jovens com diferentes classes sociais têm acessos distintos a oportunidades, o que por si só, influencia as suas escolhas educacionais e possibilidades profissionais. É essencial reconhecer a diversidade de formas de ser jovem, sendo, que muitas vezes, os jovens que não correspondem aos padrões sociais são “rotulados” como “outsiders”.

Howard S. Becker (2008) sugere uma perspectiva integracionista e simbólica para compreender o comportamento desviante. Este autor, acredita que o desvio não é uma característica inerente a determinados comportamentos, mas sim uma construção social que

---

<sup>11</sup> Entenda-se como vulnerabilidade o facto de um jovem residir numa casa de acolhimento. Se um jovem tem uma medida aplicada em acolhimento residencial, é porque em algum momento da sua infância/juventude o mesmo foi exposto a uma ou várias situações de perigo. Essa situação promove que os mesmos fossem retirados da sua família de origem.

surge de um processo de preconceito e imposição de uma visão do mundo. Becker (2008) defende que estes “rótulos” são propostos com base nas normas e valores dominantes de uma sociedade. Para este autor, o comportamento desviante não é necessariamente problemático ou negativo, mas sim uma resposta adaptativa a determinadas condições sociais e culturais. Muitos comportamentos de desvio podem estar associados a uma forma de adaptação e a condições sociais desfavoráveis.

A autonomia é definida como uma característica pessoal, socialmente valorizada e desejada no processo evolutivo de qualquer pessoa. Ocorre durante todo o ciclo de vida, contudo, é na adolescência que tem mais impacto no indivíduo (Barbosa et al., 2017).

O desenvolvimento da autonomia é uma das competências mais exigentes e importantes da adolescência. Em jovens acolhidos torna-se ainda mais complexa, devido aos seus passados traumáticos. Vários estudos têm associado o acolhimento residencial a maiores dificuldades na adaptação à vida autónoma, dada as maiores problemáticas de insucesso escolar, desemprego, parentalidade prematura, atividade criminal, problemas psicológicos e a ser sem-abrigo (Daining & DePanfilis 2007, citados por Calheiros, Garrido e Rodrigues, 2009). Os mesmos autores acrescentam, outras problemáticas como a falta de acesso à habitação, solidão, recursos financeiros insuficientes, falta de retaguarda familiar e falta de apoio social específico. Para minimizar todas estas problemáticas a que os jovens acolhidos estão sujeitos, torna-se essencial o desenvolvimento de programas de autonomia de vida<sup>12</sup>. Os jovens acolhidos que não beneficiaram de programas de autonomia de vida dependem mais de ajuda financeira pública em comparação com jovens que participaram nestes programas (Barth et al., 2009). O treino de autonomia de vida em contexto de casa de acolhimento torna-se deficitário devido à própria infraestrutura, que não permite que as jovens tenham uma vivência próxima da realidade familiar. As dinâmicas e rotinas em grandes grupos não favorecem o treino de competências de autonomia. Assim sendo, João dos Santos (1983, citado de Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. 2015), defende que: “a vivência de cada pessoa é única e autónoma. Ser autónomo é ter uma vida interior e vida interior é a solidão da infância mais remota” (p.313). Não obstante, como refere Carvalho et al. (2015): “a aparente independência material é confundida com autonomia” (p.29). Ter um emprego ou estar no ensino superior não significa que um jovem é, autónomo ou mais responsável pela sua própria vida. Para desenvolver a autonomia responsável é necessário que o indivíduo tenha experimentado relações sociais e pessoais positivas com os outros (Raymond, 1999).

---

<sup>12</sup> Os objetivos destes programas passam pela promoção da independência do jovem tentando evitar situações de vulnerabilidade social após a saída da instituição. São trabalhadas questões relacionadas com a habitação, orientação vocacional, gestão financeiras e questões de habilidade prática (cozinhar, passar a ferro...)

Na perspectiva de Carvalho et al. (2015) a não existência de uma rede efetiva familiar ou rede social de apoio na comunidade de origem é um problema grave para as crianças e jovens acolhidas. A estrutura de um percurso de autonomia requer a (re)construção da noção de família, o que por si só exige um trabalho bastante complexo sendo que estas crianças e jovens vivenciaram experiências traumáticas: negligências, abusos, maus tratos, abandono ou outras formas de exploração. A imagem que um jovem tem sobre a sua própria família integra uma importante dimensão, pois influencia as suas ações e tomada de decisões, o que por si só determina as suas aspirações e “expectativas pessoais, profissionais e familiares futuras” (p.10)

## **Capítulo II- Proteção na Infância**

### **2.1) Maus tratos infantis: problema histórico-cultural**

Os maus tratos infantis são um problema histórico-cultural que tem percorrido décadas até aos nossos dias. O abuso de crianças é mencionado nos livros mais antigos como é o caso da Bíblia. Nas antigas civilizações os maus tratos infantis já aconteciam através do infanticídio por nascerem com deformações, por motivos religiosos, por questões económicas ou simplesmente porque era o direito do pai de decidir se o filho vivia ou não. Desde a origem da humanidade, a maior parte dos casos de violência infantil/juvenil surge no seio familiar contrariando a ideia de proteção que a família deve praticar. Segundo Magalhães (2002, cit. por Reis, 2009), o infanticídio era uma prática habitual, por razões que se prendiam com crenças religiosas, onde era implicado o sacrifício de crianças, servindo também para eliminar filhos ilegítimos, recém-nascidos prematuros ou com malformações, ou ainda como um modo de controlo da natalidade, “(...) na Roma antiga as crianças não desejadas podiam ser mortas à nascença (...)” (Alberto 2004, cit. por Reis, 2009:42). Tanto na Grécia como em Roma, os adultos usavam as crianças sexualmente, sendo uma prática aceite, havendo mesmo casas de prostituição específicas. Também na Babilónia, as crianças eram utilizadas em templos para a prostituição, (Magalhães 2002, cit. por Reis, 2009). São muitos os acontecimentos históricos que comprovam a forma desumana de como as crianças eram tratadas, desde a antiguidade, passando pela época medieval, bem como renascimento e nos séculos XVIII e XIX. Desta forma, como Ariès (1960) defende, é possível constar que nesta época não havia infância, sendo esta uma construção moderna. Houve a necessidade de criar leis e normas específicas a fim de promover a proteção das crianças e dos jovens.

### **2.2) Instituições reguladoras da infância e juventude**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que abrange os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Esta deu seguimento ao aparecimento de novas declarações como, por exemplo, a Declaração dos Direitos da Criança proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), em 20 de novembro de 1959. Nesta declaração são determinados princípios que são examinados pela UNICEF, organismo unicelular da ONU, criada com o objetivo de integrar as crianças na sociedade e zelar pelo seu convívio e integração social, cultural e até financeiro conforme o caso, dando-lhes condições de sobrevivência até a sua adolescência.

Em Portugal, a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, teve um impacto significativo na sociedade portuguesa. Para além desta revolução marcar o fim do Estado Novo, proporcionou uma nova era de democracia em Portugal. Esta nova era trouxe profundas

mudanças sociais políticas e legislativas sendo que defendeu os direitos das crianças. Para Machado Pais (2006), a revolução de 1974 abriu um caminho para revolução e renovação das políticas de proteção infantil. Numa perspetiva semelhante, Carvalho (2013) destaca esta revolução como um ponto de viragem que deu origem a uma nova compreensão sobre a infância, levando ao desenvolvimento de legislações e práticas voltadas para a proteção infantil. Desta forma, a revolução implementou políticas sociais que incluiu a criação de serviço e apoio às famílias e reformas educacionais, em que o ensino primário tornou-se universal e obrigatório (Sarmiento, 2004). Embora as transformações demográficas, sociais, económicas e culturais em Portugal tivessem acelerado nos anos 60, foi a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa (1976) que instituiu o regime democrático e consagrou os princípios da universalidade e da igualdade dos cidadãos, incluindo na família<sup>13</sup>. Ao longo dos anos, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em risco tem vindo a colocar novos desafios no que respeita à intervenção dos serviços de saúde, de educação, bem com no domínio dos maus tratos. A Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Portugal ratificou a Convenção em 21 de setembro de 1990. Esta Convenção é um tratado internacional que estabelece diversos direitos para crianças e jovens, abrangendo aspetos como proteção, desenvolvimento e proteção (Organização das Nações Unidas, 1989). Atualmente, em Portugal, a ação da Saúde neste domínio enquadra-se num contexto de responsabilidades partilhadas pelos diferentes responsáveis da comunidade, conforme consagrado na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Para responder a este problema também social, o Estado português, sob a tutela do Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade, criou a Comissão Nacional de



**Figura 2.1 Pirâmide da Subsidiariedade**

Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCCJ) em 1999. Nas áreas da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens, esta

instituição ajuda a

delinear a intervenção do Estado e coordenar, apoiar e avaliar a ação das instituições públicas e da comunidade. Esta comissão delega nas 310 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

<sup>13</sup> Artigo 36.º da Constituição da República Portuguesa

espalhadas pelo país que têm como missão promover os direitos da criança e do jovem e tornar mais resistente e duradoura, ou até acabar com situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou até o seu desenvolvimento completo.

Situações de risco e situações de perigo, apesar de terem algumas diferenças, estão interligadas<sup>14</sup>. É a diferenciação entre risco e perigo que determina os níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção no Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude de Portugal. A primeira intervenção provém das entidades com competência em matéria de infância e juventude: Associações, Autarquias, Educação, Entidades, Polícia, IPSS, ONG, Serviços de Saúde, entre outros. Porém todos os cidadãos podem e devem alertar para qualquer situação que detetem de maus tratos. Para além da CNPDPCJ, existem outras instituições responsáveis pela regulamentação e proteção da infância e juventude relevantes em Portugal como: o Instituto de Apoio à Criança (IAC), a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e a Escola Nacional de Administração (ENA) que tem um papel importante na formação de profissionais que trabalham com crianças e jovens, fornecendo conhecimentos sobre a legislação e políticas relacionadas com a infância. É de realçar também que em Portugal os municípios desempenham um papel fulcral na implementação de políticas locais relacionadas com a infância e juventude.

### **2.3) Medida Protetiva de Acolhimento Residencial**

A teoria da vinculação de Bowlby, (1969, citado por Abreu, 2005) defende que as crianças criam referências humanas de comportamento com base nas pessoas com quem têm uma relação de proximidade de afeto. Todas as situações em que a criança não possui uma pessoa que, desempenhe a função materna, configuram uma situação de privação materna. Esta privação pode ser parcial, em que os efeitos para a criança são a angústia, a necessidade exagerada de amor e sentimentos de vingança. Desse modo, os efeitos da privação total têm um impacto ainda maior no desenvolvimento da criança, na sua personalidade e na sua capacidade de estabelecer relações afetivas com outras pessoas no futuro (Bowlby, 1973, citado por Abreu, 2005). Existe um grande problema relativamente às crianças e jovens acolhidas, nomeadamente a privação do meio familiar o que conseqüentemente irá refletir uma grave rutura nos vínculos pessoais e sociais anteriormente estabelecidos (Carvalho, 2013). O acolhimento residencial é necessariamente uma condição transitória, que deve centrar-se na ideia do futuro e na definição do projeto de vida da criança ou jovem, tendo em vista a sua futura autonomia e reintegração social e familiar (idem). Especificando, de acordo com Carvalho (2013), uma medida desta natureza poderá ser realizada em Unidades de Emergência (UE), Casas de Acolhimento de

---

<sup>14</sup> Ver anexo B.

Emergência (CAE), Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Lares de Infância e Juventude (LIJ), Apartamentos de Autonomização (AA), como também em Centros de Apoio à Vida (CAV) ou Lares Residenciais (LR). Tem-se vindo a evidenciar um elevado número de crianças e jovens que, anualmente, são retirados das suas famílias em meio natural de vida e acolhidos em casas de acolhimento ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em risco, por se encontrarem em condições de perigo suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e/ou desenvolvimento (Carvalho, 2013).

Conforme estabelecido no artigo 49.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, "o acolhimento em instituições visa a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral" (Diário da República, 1999, p. 123). Assim sendo, existem três tipos de respostas sociais de acolhimento diferenciadas para crianças e jovens em perigo e de acordo com as suas problemáticas. O acolhimento em instituição pode ser realizado por até 6 meses, designado de curta duração, ou por um período superior a 6 meses, chamado acolhimento prolongado (Alves 2007, cit. por Pires 2011). Existem as i) Unidades de Emergência<sup>15</sup> (uma unidade que permite o acolhimento, por um período até de 48 horas, de uma criança ou jovem com idade compreendida dos 0 aos 18 anos). Bem como os ii) Centros de Acolhimento Temporário (CAT), centro de acolhimento para situações temporárias de duração inferior a seis meses, para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos. Por fim, os iii) Lares de Infância e Juventude, que segundo Fernandes e Silva (1996, cit. por Pires 2011):

... é uma resposta social de acolhimento, desenvolvida em equipamento, para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, em ambos os sexos, de duração superior a 6 meses. Os objetivos desta resposta social são assegurar alojamento; satisfazer as necessidades básicas, fornecendo condições tão aproximadas quanto possível a uma estrutura familiar, mas também fornecer meios que contribuam para o seu desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social em cooperação com a comunidade, escola e família. (p.13)

---

<sup>15</sup> Ver a Tabela 1

Somente a 22 de dezembro de 2023 o Diário da República<sup>16</sup> estabeleceu o regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens.

Segundo os dados disponibilizados no relatório CASA 2022 (ISSIP, 2023), referentes a 1 de novembro de 2022, do total de 8.597 (100%) crianças e jovens caracterizadas<sup>17</sup> no ano, são 6.347 as crianças e jovens a viver em situação de acolhimento em Portugal. O acolhimento para crianças e jovens numa instituição representa cerca de 84% das medidas executadas em regime de colocação no nosso país. As crianças e jovens do sexo masculino representam 52% e as do sexo feminino 48% do total em Acolhimento Residencial (AR). A maioria das crianças em AR são adolescentes ou jovens com mais de 12 anos (70%) e 14% têm 5 anos ou menos (IPSSIP, 2023). Das crianças e jovens em acolhimento que têm projetos de vida definidos (93.7% do total), a maioria tem como projeto de vida a reintegração na família nuclear (40%) ou a autonomia (34%) (ISSIP, 2023).

**Tabela 1- Respostas de Acolhimento em Portugal**

<b>Tipologia de Acolhimento</b>	<b>Especificação</b>	<b>Nomenclatura</b>	<b>Identidade de Género das Casas de Acolhimento</b>
Acolhimento Familiar (AF)	Famílias de Acolhimento	FA	Não Aplicável
Acolhimento Residencial (AR)	Lar de Infância e Juventude	LIJ	Acolhimento Generalista
	Centro de Acolhimento Temporário	CAT	
	Acolhimento de Emergência	AR	
	Lar Residencial	LR	
	Apartamento de Autonomização	AA	
	Lar de Infância e Juventude Especializado	LIJE	
	Comunidade Terapêutica	CT	

<sup>16</sup> n°243/2023, série um I, publicou a portaria n°450/2023

<sup>17</sup> Entenda-se por “caracterizadas” todas as crianças e jovens com aplicação de medida protetiva em acolhimento residencial

	Lar de Apoio	LA	Acolhimento Especializado
	Centro de Apoio à Vida	CAV	
	Colégio de Ensino Especial	CEE	
	Comunidade de Inserção	CI	
	Casa Abrigo	CA	
	Unidade Hospitalar/CCISM	CCISM	

Fonte: Tabela de autoria própria com dados do Relatório CASA 2022

De forma gradual, o número de crianças colocadas em AR em Portugal tem diminuído<sup>18</sup>, de ano para ano, desde 2006, excetuando em 2015, ano em que se observou um aumento, coincidente com a crise económica e financeira que o país atravessou Rodrigues (2019 cit. Vinagre, 2021).

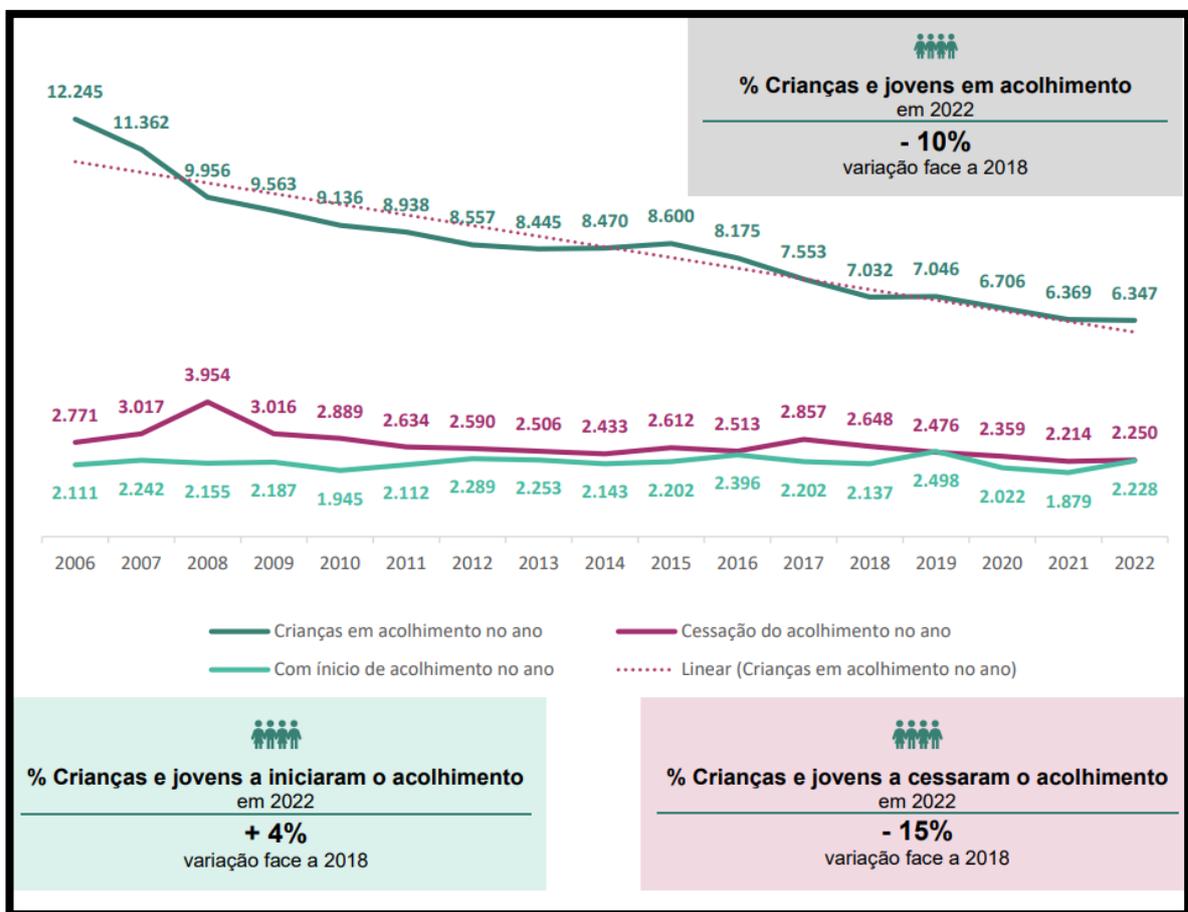
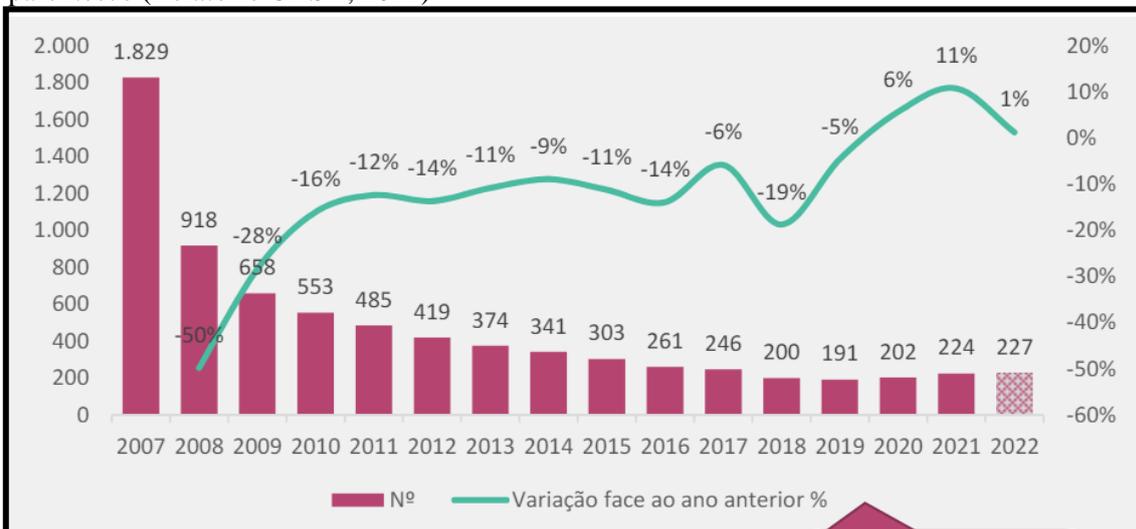


Figura 2.2- Evolução do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, entradas e saídas entre 2006 e 2022 (Nº)

Fonte: Relatório CASA 2022

<sup>18</sup> Ver Figura 2.2

Segundo o relatório CASA 2022, estão integradas em acolhimento familiar 227 crianças (cerca de 3,6%). O ano em que foi registado um maior decréscimo de crianças e jovens em AF, foi em 2008<sup>19</sup>, sendo que existe uma relação direta, devido às alterações legislativas, que impossibilitaram a continuidade do acolhimento familiar por parte de pessoas com laços de parentesco (Relatório CASA, 2022)



**Figura 2.3-A evolução da situação crianças e jovens em acolhimento familiar a 1 de novembro 2022**

**Fonte: Relatório CASA 2022**

Os dados publicados pela UNICEF em 2024 e os dados do Relatório CASA 2022 permitem-nos realizar uma comparação com outros países da U.E relativamente à percentagem de AF:

**Tabela 2- Comparação de Percentagem de Crianças em Acolhimento com outros países da U.E 2021**

Países	Percentagem de crianças e jovens em Acolhimento Residencial	Percentagem de crianças e jovens acolhimento Familiar
Hungria	16%	84%
Polónia	24%	76%
Bulgária	27%	73%
Turquia	41%	59%
Portugal	84,4%	3,6%

**Fonte: Tabela de autoria própria com dados da UNICEF e Relatório CASA**

<sup>19</sup> Em 2007 a percentagem de crianças em acolhimento familiar correspondia a cerca de 16% e em 2008 aproximadamente 9%. Em 2008, houve uma mudança significativa no enquadramento legal do acolhimento familiar. A legislação e as políticas adotadas visavam uma maior formalização e estruturação do processo de acolhimento familiar, impondo novos critérios e requisitos para as famílias de acolhimento. (Relatório CASA, 2022)

A percentagem de crianças em acolhimento familiar varia significativamente entre os países da União Europeia. Países como Suécia e Polónia lideram com altas percentagens, enquanto Portugal, com 3,6%, demonstra uma necessidade de maior investimento em políticas e suporte para famílias de acolhimento.

Porque existe uma discrepância tão grande entre a percentagem de crianças em Acolhimento Familiar em Portugal, para outros países da União Europeia? O Acolhimento familiar é reconhecido como uma opção mais benéfica para o desenvolvimento emocional e social das crianças em risco. Exemplo disso, no dia 1 de junho de 2023, na apresentação das Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Secretária de Estado para a Inclusão, divulgaram que o Governo<sup>20</sup> “quer reduzir, para não mais do que 1200, o número de crianças e jovens em acolhimento residencial até 2030” (Site Governo Português). Ana Mendes Godinho (Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança social), refere que: “o objetivo é promover acolhimento familiar em sintonia completa com o que é a lei”. (Site Governo Português).

---

<sup>20</sup> Em 2022 estavam 6.347 crianças e jovem em acolhimento residencial.

## Capítulo III: Casa da Lua

### 3.1) Quotidiano da Casa de Acolhimento

A Casa da Lua, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com mais de 125 anos de existência. Esta Casa de Acolhimento é sustida com os fundos provenientes da quotização dos sócios, de quotas oferecidas pelos seus beneméritos e de subsídios provenientes do acordo com o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.

Em 2018, a Casa da Lua passou por uma reestruturação de equipa e de funcionamento do espaço, por conseguinte na intervenção com as crianças e os jovens acolhidos. Em 2020, a casa da Lua passou de uma casa de acolhimento feminina, a uma casa de acolhimento mista, esta alteração foi realizada com o intuito de não haver a separação de fratrias. A Casa da Lua localiza-se num prédio no centro de Lisboa, é composta por três andares. O R/C corresponde aos serviços administrativos, aos escritórios da equipa técnica, à cozinha e ao refeitório<sup>21</sup>, além de existir uma sala de visitas e uma sala de materiais de manutenção.

O primeiro piso, designado como unidade autónoma 1, tem capacidade para dezasseis crianças e jovens e é dividido por duas alas, dispostas em quatro quartos partilhados (cada quarto partilhado tem capacidade para quatro crianças e/ou jovens) e um quarto individual (que é designado pela equipa da casa aos jovens mais velhos e que demonstrem reunir maior número de competências de autonomia). Nesta unidade, está ainda presente uma sala de estar (composta por três sofás, uma televisão, jogos de tabuleiro e *playstation*), bem como uma sala de refeições (com capacidade para dezasseis crianças e/ou jovens e três adultos). Na cozinha está presente uma bancada com uma placa térmica, onde são colocados os tabuleiros com a refeição vindos pelo um pequeno elevador da cozinha (situada no r/c, até ao 2º piso), um microondas e uma máquina de lavar a loiça. Cada ala tem uma casa de banho composta por três chuveiros, três sanitas e três lavatórios sendo que entre as sanitas e os chuveiros existem divisórias. Apesar das duas unidades conterem crianças e jovens do sexo masculino e feminino, as alas são divididas por género para facilitar o uso das casas de banho. Ainda na unidade 1 existe uma pequena sala dos educadores onde estão guardadas diversas chaves, nomeadamente, as chaves dos armários da medicação dos jovens, dos outros pisos da casa, onde estão também guardados os pertences das crianças e dos jovens que sejam considerados de maior valor, bem como o livro de registo de turno e um frigorífico. Existe ainda uma pequena sala designada pela sala de brincar, para ser

---

<sup>21</sup> Que é utilizado diariamente pela equipa técnica para a realização de refeições, pela restante equipa para a pausa do café e é utilizada nos dias de celebrações pelas crianças e os jovens.

utilizada por pequenos grupos que pretendam estar a conviver de forma mais tranquila. Por fim, existe no piso 1, o acesso à rouparia e o acesso ao terraço exterior.

O segundo piso, designado por unidade autónoma 2, tem exatamente a mesma estrutura que o piso 1, porém existe uma porta corta-fogo que dá acesso à Ludoteca e a uma pequena capela. No piso 2 existe ainda a sala de estudo, onde as crianças e os jovens utilizam a mesma de forma livre e, principalmente, para usufruírem de explicações às diversas disciplinas que pretendam ter apoios específicos. Esta sala tem bastante luz natural e a vista desta sala tem acesso ao terraço exterior.

O terceiro piso é um apartamento de pré-autonomia designado como Casa Flor. Este apartamento de pré-autonomia foi inaugurado em agosto de 2022, e tem capacidade para quatro jovens. Diferentemente das unidades autónomas, este apartamento é composto por 2 quartos duplos, uma sala de estar, duas casa de banho, uma com uma sanita e um lavatório, outra composta por dois chuveiros e um lavatório, e por fim uma sala de estar com dois pequenos sofás e uma televisão.

Na Casa da Lua existem diversos profissionais. A equipa técnica é composta pela Diretora Técnica (chefia direta de todos os profissionais da Casa de Acolhimento), duas gestoras de caso (responsáveis pela articulação com as famílias das crianças e dos jovens, bem como a emissão dos relatórios para o Ministério Público (MP) e CPCJ). Também integram duas gestoras de saúde e educação (encarregadas de educação das crianças e dos jovens e responsáveis no acompanhamento e marcação de consultas das crianças e jovens). Uma psicóloga e uma coordenadora do apartamento de pré-autonomia (Casa Flor). A equipa técnica trabalha de segunda a sexta-feira com flexibilidade de horário que, por norma, terminam sempre o seu horário de trabalho entre as 17h00 e as 20h00.

A equipa educativa é composta por catorze profissionais, sendo que existem quatro educadores com formação superior em diversas áreas: animação sociocultural, educação de infância e psicologia. Os restantes profissionais da equipa educativa, são auxiliares de educação. Estes profissionais são coordenados pela coordenadora da equipa educativa. A coordenadora é a figura de prevenção da Casa, o que significa que tem de estar disponível 24h por dia 365 dias por ano para qualquer contacto ou ocorrência urgente. A equipa educativa trabalha por turnos e com folgas rotativas cujos turnos são compreendidos entre as 8h00 e as 16h00, as 16h00 e as 24h00 e por fim das 24h00 às 8h00. A equipa educativa é a equipa que está no contacto direto com as crianças e os jovens, estando presentes nas rotinas do deitar, acordar, nas refeições, na higiene, sendo os principais cuidadores das crianças e dos jovens. Por norma em cada turno, existe entre um a três educadores permanentes nas unidades autónomas.

A equipa da casa é ainda composta por três cozinheiros, duas administrativas, um profissional de serviços gerais, mais especificamente trabalho de manutenção e uma profissional de limpezas, todos estes profissionais, trabalham de segunda a sexta-feira com um horário compreendido das 9h00 às 17h00 ou 18h00.

Concluindo, a Casa da Lua tem capacidade para trinta e duas crianças e jovens, sendo que existe um total de vinte e oito profissionais na Casa.

Nas unidades, cada jovem informa ao educador de turno à noite o horário que pretende ser despertado na manhã do outro dia. O horário do deitar durante a semana é às 21h30 para as crianças, e para os jovens é às 22h30. Ao acordar, os jovens são mais autónomos, ficando o pequeno-almoço disponível na cozinha até às 10h30. Durante o período da manhã é muito frequente as unidades ficarem mais vazias, permanecendo os educandos que por norma têm consultas. Alguns jovens vêm às unidades almoçar e voltam para a escola (as crianças e os jovens estão inscritos em escolas distintas). A Casa volta a ter mais movimento a partir das 15h30/16h00, existindo uma grande logística no acompanhamento dos jovens nas atividades extracurriculares (dança, natação, futebol, karaté, ginástica rítmica...), além do acompanhamento na explicação. As crianças são auxiliadas e há jovens que têm banho supervisionado. Às 19h30, as crianças mais novas começam a jantar e às 20h00/20h15 jantam os jovens. Pelas 21h00, há a hora do conto, onde o educador conta uma história às crianças antes destas irem dormir. Após todas as crianças e jovens estarem deitados, os educadores têm que registar o turno com referência ao comportamento e as informações relevantes de cada criança e jovem, bem como preparar mochilas e lanches das crianças para o dia seguinte. Após toda esta logística existe a passagem de turno entre as equipas. No turno da noite, os educadores são responsáveis pela preparação da medicação dos educandos, bem como a limpeza da sala dos educadores. Para os profissionais da Casa da Lua é através de um ambiente mais próximo e familiar bem como proporcionar uma intervenção individualizada, centrada nas necessidades e características emocionais de cada criança e jovem, que a figura do educador de referência é valorizada. A proximidade do educador ao educando permite a escuta, o apoio e o estabelecimento de contactos emocionais. A permanência de uma figura de referência permite uma vinculação segura, bem como a construção de um futuro sólido e de um projeto de vida pensado em conjunto.

### **3.2) O Percorso da Caetana - “A minha vida resumida a uma mala”**

A Caetana foi acolhida aos 15 anos de idade e, na data da entrevista, tinha 19 anos e residia na Casa da Lua há quase 5 anos. A medida de promoção e proteção de acolhimento residencial foi

aplicada pela CPCJ de Lisboa Ocidental, mediante acordo assinado pelos progenitores e a não oposição da Caetana. Esta jovem estava sinalizada com a seguinte tipologia:

Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei 147/99, Art. 3º)

O percurso da Caetana é marcado por muitos contratempos e vincado por uma enorme instabilidade psicológica e emocional. Ela sente orgulho por ser acolhida e é muito grata aos profissionais da casa. O seu caminho na casa é marcado por oposições aos adultos, provocações constantes e uma insegurança, instabilidade psicológica e emocional extrema, levando a cortes auto-lesivos e tentativas de suicídio. Tudo o que a Caetana sempre quis, foi ter uma mãe que gostasse dela e que a protegesse. Ao longo destes meses referiu que preferia saber que a mãe não estivesse viva, pois seria bem mais fácil: “fazer o luto de alguém que está morto, do que alguém que não quer saber de mim.” (sic). Na sua vida tudo é muito difícil e sofrido e sempre que sai da sua zona de conforto tem sempre tendência a somatizar: faz otites e amigdalites com frequência, vômitos e indisposições constantes.

A Caetana verbalizou que os pesadelos voltaram novamente, e achava que precisava de medicação e que não dormiu nada na noite anterior e por isso não conseguiu levantar-se para ir à escola. A jovem sentiu saudades de realizar uma refeição na unidade 2, dirigiu-se à mesma com um Strogonoff confeccionado por si. Almoçou junto dos outros educandos e da educadora da Unidade 2. (Diário de Campo, 22 de novembro 2022)

A Caetana, à data da entrevista, estava matriculada no 10º ano (no Curso profissional de Técnico de Serviços Jurídicos), embora respondesse que estava a estudar Direito<sup>22</sup> sempre que questionada. A Caetana teve uma vida familiar desestruturada, sendo que os seus progenitores estão separados há alguns anos. No entanto, a Caetana tem memórias vivas de ter havido violência doméstica entre ambos. Quer a sua progenitora, quer o seu progenitor refizeram as suas vidas afetivas junto de outras pessoas. A jovem tem três meios irmãos da parte do progenitor e uma meia irmã da parte da progenitora. A Caetana não tem uma relação positiva com a sua madrasta, nem com o seu padrasto, referindo muitas vezes que a sua madrasta era a culpada “do meu pai não querer saber de mim” (sic). Com poucos hobbies, a Caetana gosta

---

<sup>22</sup> Porém a jovem não pretende ir para o ensino superior, mas afirma recorrentemente que será advogada.

muito de tirar selfies e fotografias e passa muitas horas em redes sociais, tendo muito talento para o desenho<sup>23</sup>. Uma característica muito específica da Caetana é que todas as suas amizades, bem como as suas relações afetivas, são com pessoas mais novas <sup>24</sup>. As memórias que a Caetana tem do seu primeiro dia do acolhimento são positivas:

O que mais me marcou foi eu basicamente ter uma mala e a minha vida estar resumida a uma mala, isso foi o que mais marcou. E ver as meninas, conhecê-las sem saber a história delas, foi incrível. Só que depois uma pessoa começa a ver as pessoas de forma diferente, pela história de cada uma. (...) Lembro-me de chegar, de estar a chorar imenso, e da mãe ainda me acompanhar e de eu tar a conhecer o espaço, comecei lá em baixo na cozinha, e lembro-me da Juliana, e da Patricia, as duas à porrada na brincadeira e de me receberem super bem e à gargalhada e a brincar. Lembro-me dos educadores, da Dra.Andreia, toda maquilhada a receber-me, ela ofereceu-me logo um batom... yah, lembro-me de toda a gente ser simpático, super queridos e estarem dispostos, ali a receberem-me. (Entrevista Caetana, 26 de maio de 2023)

Na Casa, as amizades das jovens são muito intensas e extremamente mutáveis, é difícil para as jovens reunirem valores como a lealdade e a capacidade de resolução de conflitos. Para a Caetana, numa primeira instância do seu acolhimento, tornou-se *Bully*<sup>25</sup> das colegas de quarto que eram mais novas que ela, e com a mudança dos ciclos da casa, teve períodos em que algumas jovens criaram subgrupos tendo por alvo atingi-la. Para a Caetana, era mais confortável fazer amizades com jovens mais novos que ela, porém sempre procurou a proteção dos adultos da casa.

Quando a Casa Flor foi inaugurada existiram diversas discussões entre a equipa sobre quais jovens deveriam integrar o apartamento. A Caetana despertou diversas questões. Se por um lado, a equipa acreditava que emocionalmente não estava a ser positivo para a jovem manter-se nas unidades face aos desentendimentos com outras jovens, por outro, a sua

---

<sup>23</sup> Ver Anexo G.

<sup>24</sup> Tem amizades e relações de paridade com crianças de 12/14 anos, e das muitas relações afetivas, opta sempre por pessoas com menos de 18anos.

<sup>25</sup> O termo em inglês “bully” refere-se a uma pessoa que intimida, maltrata ou assedia os outros, de forma intencional. Podendo incluir comportamentos como agressão e, insultos verbais. O objetivo do "bully" é geralmente exercer poder sobre a vítima, que muitas vezes é vista como mais vulnerável ou incapaz de se defender (Olweus, 1993).

instabilidade psicológica trazia muitas inseguranças à equipa, devido a todas as suas questões auto-lesivas. Quando a Direção técnica informou a Caetana que iria para a Casa Flor numa primeira fase, ela ficou muito feliz e animada por saber que iria para o apartamento de pré-autonomia. Mas à data da entrevista no apartamento, a Caetana foi confrontada com algumas situações fora da sua zona de conforto:

Senti, foi tudo muito rápido, eu já tinha sido avisada que tal ia acontecer, mas foi um bocado falha da minha parte não me ter preparado psicologicamente para isto, mas eu sinto que evoluí bastante... E a partir do momento em que eu já consigo estar sozinha, consigo não recorrer tanto à minha educadora, ou a outros adultos da casa, ou que não estou constantemente a pedir para resolverem os meus problemas, que eu já vou e faço, já consigo estar com a minha medicação sozinha... (Entrevista Caetana, 26 de maio de 2023)

Para a Caetana, o mais difícil tem sido gerir a solidão:

Aprendi que a nossa companhia não é assim tão má, e que consigo hoje em dia fazer as coisas sozinha, mais facilmente do que faria quando estava na unidade. Na unidade eu recorria aos educadores para tudo, tudo memo. (Entrevista Caetana, 26 de maio de 2023)

A Caetana, continua ainda com muitas inseguranças, medos e receios. Há dias em que consegue ver toda a sua vida num copo meio cheio e outras vezes, acredita que o seu copo está e estará sempre vazio. A Caetana tem muita dificuldade a projetar-se num futuro próximo e não consegue visualizar a sua vida fora da casa de acolhimento.

Sinto que é a pior facada que eu podia receber, a pior de todas. Eu já chorei, eu já esperneeiei, eu já tive vários ataques de ansiedade à volta desse assunto. Porque eu caí na realidade há muito pouco tempo, relativamente a esse assunto. E a coisa que mais me dói é eu saber que um dia vou ter que deixar o meu colinho. Ter que deixar e iniciar uma vida que não vai ser propriamente fácil, isso assusta-me demais. Eu tento não pensar muito no assunto, porque quanto mais penso no assunto, mais me assusta. Eu agora foco-me mais na escola, estou a repor os meus módulos, consegui repor os 14

módulos, quase... faltam-me 4. Tudo porque eu me estou a tentar distrair e estou a tentar fazer as coisas à certa. Agora a minha colega vai-se embora e eu estou a sofrer por ela... Mas ela está super calma, super tranquila, super preparada para a vida lá fora e eu sou completamente o oposto dela. (Entrevista Caetana, 26 de maio de 2023)

A Caetana, verbaliza inúmeras vezes que não está preparada para sair da casa, que acredita que ainda precisa muito da ajuda dos educadores, que apesar de atualmente já saber cozinhar melhor, por vezes ainda sente necessidade de recorrer ao adulto para a confeção de refeições mais elaboradas. Tive a oportunidade de apontar no diário de campo uma das situações em que a Caetana recorreu ao adulto:

A Caetana, neste fim de semana permaneceu em casa pegou fogo ao protetor do micro-ondas, pois em vez de colocar um *petit gateu* 35 segundos, colocou o mesmo por 35 minutos e demorou para compreender o que havia feito para que a tampa protetora derretesse. (Diário de campo, 17 de fevereiro de 2023)

A gestão do dinheiro nas compras também foi algo complexo. As jovens têm 150€ nos seus cartões de compras para o supermercado mensalmente, mas a Caetana frustrou-se porque compreendia que o dinheiro não dava para tudo o que pretendia. Como registei no meu diário de campo:

A Caetana frustrou, começou a chorar na mercearia e referiu: ‘Eu não consigo fazer isto, o dinheiro não dá para tudo’ (sic) sendo que compreendeu que não tinha necessidade de levar tanta quantidade de carne. Foi-lhe proposto então criar uma ementa semanal para ter noção das quantidades específicas de carne que necessitava para a sua correta alimentação semanal. (Diário de campo, 28 de setembro de 2022)

A Caetana, de forma sistemática desde que vive no apartamento de pré-autonomia, confronta-se com o medo de crescer e seguir para autonomia de vida, pois compreende que o facto de integrar o apartamento de pré-autonomia é uma preparação para a saída da casa de acolhimento:

Confesso que vai ser muito difícil... Porque ainda vou ter aquela coisa: “Ah deixa-me perguntar à minha educadora”. E vai ser estranho eu chegar a casa e ter a casa vazia, vai ser um bocado estranho. Eu não gosto de mim mesma, não gosto dos meus

pensamentos, não gosto de não ouvir nada. Gosto de ter barulho, gosto de ter pessoas ao meu lado. Mesmo que seja no silêncio, mesmo que esteja só a pessoa do meu lado, já é tudo (...) Ter que fazer tudo sozinha, a minha rotina... sozinha... eu não acho que vá viver sozinha, eu até acho que vou viver com a minha irmã. Mas eu acho que vai ser um pouco difícil, se eu viver sozinha... talvez muito difícil, iniciar uma rotina que não faz parte de mim. (Entrevista Caetana, 26 de maio de 2023)

### **3.3)O Percorso da Vitória: Viagem de Resiliência**

A Vitória é afrodescendente e tinha 22 anos à data da entrevista, vivendo em Lisboa desde que saiu da Casa de Acolhimento, em maio de 2021. A Vitória foi sinalizada pela escola à CPCJ com a seguinte sinalização: “Está abandonada ou vive entregue a si própria”. À semelhança da Caetana, a Vitória foi acolhida mediante um acordo de promoção e proteção consentido pela sua progenitora e pela não oposição da jovem, sendo que o progenitor da Vitória não assinou este acordo por se encontrar fora do território nacional.

Realizamos esta entrevista no gabinete da Coordenadora da Equipa Educativa da Casa da Lua que anteriormente, foi a sua educadora e uma adulta de referência para a Vitória. Quando questionada se gostaria de ser entrevistada, a Vitória prontificou-se de imediato e sentiu muito orgulho em fazê-lo. Verbalizou vezes sem conta que a sua história de vida não era a mais incrível, mas era a dela.

A Vitória nasceu em Portugal, o seu pai é Angolano e a sua mãe é São Tomense, a Vitória sempre gostou da escola e sempre viu na escola um “escape” à sua realidade. É uma jovem muito sociável gostando muito de festas e de sair à noite.

A relação que mantinha com a mãe era positiva, demorou alguns anos para compreender que certos comportamentos que a mãe tinha eram legalmente reprováveis. Culturalmente, a Vitória explicou que era muito comum crianças a partir dos 12 anos de idade trabalharem em casa de outras pessoas a troco de teto e comida. Quando tinha 8 anos, a mãe da Vitória, “adotou” uma rapariga com aproximadamente 12 anos.

Na altura a minha mãe maltratou-a mesmo e na altura eu achava normal. A minha mãe batia-lhe com o que fosse, batia-lhe completamente nua a tomar banho com o chuveiro, o chuveiro sem a parte de cima... arranhava... (...), punha a dormir no hall, sem nada, só com uma toalha de rosto. Na altura eu pensava: “coitada da minha mãe, ela está

grávida”. A rapariga não se portava mal, mas na altura era assim que eu idealizava, eu ficava sempre do lado da minha mãe, achava sempre que a minha mãe tinha razão. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

Por norma, mesmo sendo um adulto maltratante, as crianças têm sempre tendência de proteger<sup>26</sup> os progenitores, pois para todos os efeitos, são estes os únicos modelos parentais dos quais têm conhecimento. A Vitória, assistiu a todas estas agressões da sua mãe para com a outra criança que tinha como principais tarefas cuidar da Vitória, e limpar a casa. A criança em questão foi acolhida, a mãe da Vitória chegou a responder em tribunal criminalmente por todos os seus atos. Porém, a Vitória e a sua irmã mais nova mantiveram-se aos cuidados da mãe.

A mãe da Vitória refez a sua vida junto de outro homem que conheceu através das redes sociais. Este homem residia na Holanda, e segundo a Vitória, a mãe idealizou a vida perfeita ao lado deste. Conheceram-se em fevereiro e casaram em junho. A Vitória tem memórias muito presentes de diversas discussões entre a mãe e o seu padrasto. Este agregado foi residir para a Holanda junto do padrasto da jovem. A Vitória descreve as discussões como muito “acesas, parecia uma novela” (sic). Assim que chegaram a Holanda foram todos para uma pensão “ficámos numa pensão que tinha até ratos” (sic). A adolescência da Vitória começou na Holanda:

Eles tinham discussões até com facas, tudo muito aceso e eu estava sempre no meio. O problema é que ele começou a assediar-me desde aqui de Portugal; a minha mãe sempre soube, eu sempre lhe disse tudo. Uma vez estávamos num café, num restaurante, estávamos os quatro: eu, a minha mãe e as minhas irmãs. Ele mandou-me uma mensagem a dizer: “Olá gostosa!”; eu tinha 11/12anos. Por exemplo houve uma vez que estava a dar uma cena de sexo na televisão e ele começou a dizer: “É isto que a gente gosta de fazer...” (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

A Vitória não se sentia segura nem tranquila, agasalhava-se com muita roupa, até nas estações mais quentes do ano, trancava a porta do quarto e da casa de banho. A Vitória reconhece que a sua mãe não era uma pessoa madura e que sempre viu na jovem uma amiga em vez de uma filha, tendo referido que a maior confidente da sua mãe era ela mesmo.

---

<sup>26</sup> A síndrome de Estocolmo é uma resposta psicológica que ocorre a pessoas que se encontram em situação de tensão. Sendo que a vítima, de forma inconsciente, estabelece empatia e laços emocionais com o agressor.

Eu era só uma criança e cansei-me disso, e eu ficava só com as dores da minha mãe. Só que ela depois voltava para ele. Acho que foi aí que a relação com a minha mãe desandou completamente, nós chegámos ao ponto de uma vez ele bater-lhe e ela grávida da minha irmã mais nova. Ele bateu-lhe com um ferro de engomar na barriga e na altura eu liguei para a Polícia e nós fomos parar a uma instituição de mães lá na Holanda...Mas depois a minha mãe decidiu voltar outra vez para ele. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

Quando regressou a Portugal com os seus 14/15 anos, a Vitória, começou a entender que a reprodução de ciclos reiniciou. A jovem passava o dia inteiro a cuidar das suas irmãs enquanto a sua mãe ia trabalhar. Sendo que começou a sentir que era tratada de igual forma como a rapariga que cuidava dela quando era mais nova.

(...)a minha mãe começou a ficar louca. Eu lembro-me da primeira vez que a minha mãe me pôs fora de casa, foi por causa de um copo de água. A minha mãe gosta de beber água gelada e ela tinha acabado de comer e eu recolhi a mesa e despejei o copo, e sem exagero, ela fez um escândalo de 2horas... de 2horas... a falar, a falar, a falar, a falar, a gritar, a chamar-me nomes, a dizer várias coisas. Depois ela pôs-me fora de casa, isso foi a primeira vez. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

A mãe da Vitória colocou-a cerca de seis vezes fora de casa até aos seus 17 anos. Sempre que era colocada fora de casa, a Vitória ia para um prédio que sabia o código de entrada porque já tinha morado naquele prédio e dormia nas escadas, no último andar, escondendo-se atrás da porta corta-fogo. Era de livre e espontânea vontade que a jovem regressava a casa da mãe. A sua mãe começou a bater-lhe da mesma forma que batia à outra rapariga.

Quando eu estava no 10ºano, a Diretora de Turma tinha dado aquelas folhas de renovação da matrícula e o encarregado de educação tinha que assinar e ela assinou, mas numa das nossas discussões ela rasgou: “estás a ver? é isto que precisas...” e rasgou assim o papel e então depois eu fui para a escola e fui para a secretaria pedir, mas na secretaria disseram: “Pois, mas este documento é dado pela Diretora de turma.” E eu menti e disse: “Mas a minha diretora de turma não me deu. E justamente nesse

momento a minha diretora de turma entrou na secretaria. Depois elas forçaram-me um bocado a explicar a situação e eu expliquei e eu fiz-lhe prometer que ela não contava a ninguém, porque eu não queria mesmo ir para uma casa de acolhimento, era a pior coisa que me podia acontecer. Só que ela contou... Mandaram uma carta da CPCJ. E a minha mãe disse que eu tinha que estar em casa porque a CPCJ ia lá a casa e ela disse que tinha que estar tudo bem. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

Na última vez em que a mãe da Vitória colocou-a na rua, a jovem não se sentia tão sozinha. A Vitória, estava a namorar e reconhecia que esse namoro era tóxico, porém na última vez em que foi para as escadas do prédio dormir, o seu namorado esteve com ela:

(...) e eu fui outra vez para esse sítio, porque eu não queria ir para a casa dele, ter que explicar à mãe dele, então ele ficou comigo na rua, mas tínhamos cobertores, não ficávamos sem comida... Eu ficava mesmo no chão de mármore. O meu namorado depois descobriu uma porta perto dos elevadores, e aí o chão era de cimento, era mais quente, ficamos aí durante uma semana, eu tomava banho às vezes na casa dele, a comida, eu lembro-me que não me faltava, na altura os Filipinos só custavam 0,60€. Às vezes antes de ir para a escola, eu passava num café, tinha lá um bidé, e dava um jeitinho, lavava os dentes e lavava-me. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023).

A Vitória, descreve que num dia estava na escola e recebeu uma chamada telefónica da CPCJ e que quando chegou à CPCJ, nunca mais voltou:

Depois a Sra. disse-me que sabia que eu estava à procura de um quarto, e disse: “Olha eu sei que estavas à procura de um quarto, mas vejo que vocês têm a vossa relação muito tremida e há coisas que precisam de ser trabalhadas, então tu vais para uma casa de acolhimento: uma instituição.” O meu mundo caiu. (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023).

A Vitória, foi acolhida, sem tempo para preparar a sua mala, foi um acolhimento de emergência em 2018 e tem memórias muito presentes do seu primeiro dia no acolhimento. A Vitória, descreve que o quarto onde tinha ficado, era um quarto bom, dividindo-o com mais três jovens. O caminho da Vitória na casa de acolhimento foi perpetrado por diversas oscilações. É

na casa de acolhimento que os horizontes da Vitória começaram a alargar-se, por um lado concedem-lhe mais oportunidades, por outro existiu a facilidade para os caminhos de desvio:

(...) alguém vem para uma casa de acolhimento e sente-se preso, mas eu sentia-me ainda mais livre, porque em casa eu não podia sair, só o facto de eu poder ser quem sou... mas por exemplo só o facto de eu poder ser assim, dançar, rir... a minha mãe não me deixava ser assim ou falar certas coisas, e aqui eu podia fazer o que quisesse. E depois quando eu comecei a soltar-me é que eu percebi... (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

A Vitória sempre gostou de estudar, sempre viu a escola como um refúgio. Mantinha boas notas enquanto estava acolhida, com a exceção do seu último ano em acolhimento. Apesar de ter concluído 12ºano, a Vitória não conseguiu concluir o mesmo enquanto esteve acolhida.

A Vitória refere-se ao ano da pandemia Covid-19 (2020), como uma fase: “esquece, a loucura, estragou tudo...” (sic)

Eu e a Bruna também começamos a namorar, e era uma coisa que podíamos e não podíamos, estás a ver?! Foi estranho, primeiro eu não sabia que tinha interesse em raparigas, acharam que era algo de quarentena, depois eu comecei a namorar com a Bruna e ela (educadora) dizia à Bruna: “cuidado daqui a nada acaba a quarentena e ela não quer saber de ti” (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

Com 21 anos, a jovem explica que a equipa técnica da casa teve uma conversa com ela e que o sentimento que deixou na Vitória foi: “disseram-me, meio que já não dava para eu ficar<sup>27</sup>...” (sic). Quando questionada se compreendia o porquê de sair da casa, a Vitória refere que tinha conhecimento que estava a infringir diversas regras<sup>28</sup>, mas prevalece em si um sentimento de injustiça “havia jovens com comportamentos piores que os meus” (sic). A jovem carrega ainda dor de ter saído da Casa de Acolhimento, referindo diversas vezes que gostava muito de viver na Casa e que tem imensas lembranças positivas e um enorme sentimento de

---

<sup>27</sup> Sendo que o apartamento de pré-autonomia só foi inaugurado em 2022, a Vitória, não teve oportunidade de ser uma das integrantes da Casa Flor.

<sup>28</sup> Consumos de canabinoides, saídas não autorizadas, sendo que chegou a fumar dentro da casa tendo conhecimento de que era proibido.

gratidão para com a Casa e com os profissionais que trabalhavam na casa. Após três conversas com a equipa técnica da casa:

Senti que me estavam a mandar embora, tipo que não dava para ficar mais aqui, então eu nem pensei, só disse que não precisava mais de estar aqui, foi meio que um acordo. E depois eu não queria sair daquela forma, com essa história, com esse fim. E depois no início custava-me vir cá falar com toda a gente, sei lá... delas estarem tipo chateadas, estás a ver? Não ser a mesma coisa... (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

Atualmente, a Vitória gosta de estar no quarto que alugou desde o dia que saiu da casa de acolhimento. Tem memória que o primeiro dia que passou no quarto “foi meio estranho” (sic). Hoje em dia, trabalha no processo de aceitação e acredita que saiu da Casa no momento que tinha de o fazer.

Eu não sei se esta casa dá realmente para tu ficares até aos 25 anos, eu acho que a própria instituição tipo não quer.... Acho que é tipo, tu tens 18, não estás a fazer nada, rua... Não dá tipo para teres uma quebra, uma crise existencial aos 21 anos, não propriamente. Elas ajudaram-me imenso quando eu me fui embora, acompanharam-me à CPCJ29, tive um ajuda de 250€<sup>30</sup>.

Aquando a sua saída da casa de acolhimento, passou por um período regular de consumo de canabinoides e começou a associar o seu sucesso no trabalho ao consumo das mesmas. Por conseguinte, começou a conseguir vender: “então comecei a associar o vender ao fumar, comecei a fumar bastante, para o que eu fumava antes...” (sic) Porém, como a própria Vitória, refere são “fases” e conseguiu parar. Atualmente a Vitória consome de forma social, com os amigos sempre que vai sair à noite, mas não considera que tenha um vício.

---

<sup>29</sup> Artigo 45º da LPCJP: “(...) medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social.” Em 2024, o apoio económico do 1º IAS, aumentou correspondendo a: 493,20€ Por norma o apoio económico facultado pela EMAT e as CPCJ, corresponde a metade do valor do 1ºIAS-250€. Esse valor pode variar para cima ou para baixo, dependendo das condições e do plano traçado pelo serviço de acompanhamento. É importante ter em conta que o valor final é determinado com base numa avaliação feita pela Segurança Social.

<sup>30</sup>A Vitória, continuou com um Processo de Promoção e Proteção, sendo que a medida aplicada, foi alterada, de acolhimento residencial para apoio em meio natural de vida. Porém passado alguns meses o apoio foi cortado, porque a jovem deixou de ir às aulas, nos meses seguintes.

As maiores dificuldades, foi mais a nível profissional. Quando eu saí daqui trabalhava num call center da Iberdrola estava a fazer part-time, e depois eu na mesma empresa passei a full time. Fazia um bom dinheiro e tinha dinheiro na minha conta poupança, mas depois, eu e a minha equipa mudamos, porque a chefe mudou de empresa e nós fomos atrás dela e depois eu continuei à noite a fazer o 12ºano... tinha horas para entrar nesse trabalho, mas não tinha horas para sair. Foi cansativo, as aulas *começavam às 22h* e eu nunca chegava a horas, houve uma vez que cheguei a casa à 1h e eu ficava assim a olhar para as escadas do prédio, a chorar muito cansada, sem coragem para subir as escadas (Entrevista Vitória, 16 de maio de 2023)

A Vitória, hoje, acredita que na casa teve oportunidade de fazer o luto da relação com a sua mãe e seguir em frente. Porém, o facto de não estar com a sua mãe deixa a Vitória triste, fala com ela e com as suas irmãs, mas refere que nada é como antes. As duas irmãs mais novas da Vitória permanecem à guarda da progenitora. A jovem não tem a certeza se as irmãs estão seguras, mas acredita que até à adolescência das mesmas que as irmãs permanecem seguras<sup>31</sup>. Apesar da Vitória ter sentido que a Casa de acolhimento, nos primeiros tempos a acompanhou, nomeadamente no acompanhamento com a CPCJ, nos 6 meses seguintes, não voltou a sentir esse mesmo acompanhamento. Troca algumas mensagens com adultos de referência na casa, mas deixou de ter processo de promoção e proteção, em menos de um ano da alteração da sua medida.

---

<sup>31</sup> Todas estas ocorrências foram reportadas às entidades competentes.

## Capítulo IV: Acolhimento de intencionalidade Terapêutica

### 4.1) O olhar de quem aqui trabalha

Inês, 33 anos, é licenciada em Reabilitação Psicomotora e coordenadora da equipa educativa (CEE) na Casa da Lua há 5 anos, tendo iniciado o seu percurso enquanto educadora. Essa experiência profissional conferiu-lhe uma visão mais ampla e intensa do que é ser educador numa Casa de Acolhimento. Com um ambiente muito descontraído, a Inês, prefere ser chamada somente pelo seu nome próprio, nem lhe faz sentido que as crianças e jovens tratem qualquer membro da equipa por “Doutor”. Afinal, como a Inês refere: “Eles estão na casa deles, nós na nossa casa não tratamos ninguém por Doutor.” (sic) No dia em que foi realizada esta entrevista, a Inês encontrava-se a dar formação inicial a um novo educador.

A Inês refere que as crianças e os jovens são acolhidos por decisões dos tribunais ou por decisões em acordo pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em situação de risco: “ao abrigo da lei nº147/99 e podem ser acolhidas por estarem expostas a situações que não beneficiavam do seu plano de desenvolvimento, podem ser acolhidas por motivo de negligência ou de maus tratos.” (sic)

Toda a entrevista foi pautada pelos desafios dos recursos humanos:

O maior desafio é equipar a equipa com conhecimentos e competências necessárias para lidar com as características dos miúdos que estão em acolhimento. Se formos ver ao nível dos educadores, é conseguirem desenvolver todas as competências que essa determinada criança ou jovem precisa para ter uma vida feliz. Ou seja, serem o melhor que poderiam ser, dentro das qualidades e competências que têm e conseguem desenvolver. Não é que têm quando nos chegam, mas as que conseguem desenvolver. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

A maior dificuldade que a Inês encontra para a sua equipa no dia-a-dia é o lidar com os comportamentos de oposição e desafio, com os comportamentos que estão visíveis, mas que por trás desse comportamento existe a falta de competências:

Ou seja, tu tens um miúdo a mandar-te para um sítio feio, mas tu não podes olhar diretamente só para esse comportamento, tens que olhar para o que está por trás desse comportamento. Eu acho que, se calhar a coisa, que nós temos mais dificuldade do caso de nós todos no geral é a autorregulação, o desenvolver competências da autorregulação

e o desenvolver competências emocionais que são difíceis de desenvolver no dia-a-dia. Por exemplo, se tu quiseres desenvolver a autoestima, se percebes que o jovem precisa de desenvolver mais a autoestima, é difícil tu estares a criar estratégias no dia-a-dia, para desenvolver essa autoestima. Claro que tu vais encaminhar a criança para consultas de psicologia, aí tens uma intervenção formal, mas a intervenção informal no dia-a-dia na casa, tu vais ter que ir buscar muitas coisas fora da caixa. Por exemplo uma miúda de 8 anos, precisa de desenvolver a sua autoestima, então vamos pô-la a fazer um bolo na cozinha para poder trazer esse bolo para as outras crianças e jovens e sentir aquele momento de aceitação do grupo. Nas jovens e nos jovens, a dificuldade maior que eu sinto é conseguirem projetarem-se no futuro. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

Os educadores educam através do afeto e da relação que constroem com as crianças e os jovens através do exemplo. A Inês tenta sempre conhecer as características de todos os educadores com quem trabalha, bem como as maiores forças e fraquezas de cada membro da sua equipa. De igual forma, está atenta ao contexto e à rapidez com o que um educador aplica uma consequência. A CEE vinca que a posição da Casa é que não são a favor de castigos:

Uma consequência é, nós temos um comportamento de oposição e desafio que não consideramos correto e, numa consequência, nós vamos tentar reparar, ou construir mais capacidades. Ou seja, nós vamos atrás do problema, nós vamos procurar esse problema e perceber quais são as consequências que estão por trás desse problema. Por exemplo, um miúdo que foi agressivo perante um estímulo e teve uma reação agressiva. Tu queres castigar o comportamento agressivo ou ver que competências estão em falta que despoletaram esse comportamento agressivo? Porque o que possivelmente levou a esse comportamento agressivo foi uma fraca capacidade de autorregulação, eventos traumáticos, muito possivelmente ligado ao bullying, pode ter experienciado, que fizeram com que tivesse esta capa muito mais agressiva. É uma panóplia inteira de situações. Mas a diferença é: uma consequência tenta construir competências, um castigo serve para castigar, com dor emocional, um comportamento que teve por base dor emocional. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

Na sua equipa, o que mais preocupa a Inês é o estado emocional dos educadores, pois a Inês reconhece que os educadores “levam com o lixo” emocional destas crianças e jovens 24h sob 24h. A Inês sente que uma das suas maiores preocupações é estar atenta aos sinais de *burnout*. Ou seja, quando os educadores demonstram menos flexibilidade mental, ou se mostram mais reativos, sendo que considera que é fundamental os educadores terem espaço para falar sobre as suas emoções e as dificuldades sentidas e ter a capacidade para se apoiar em toda a equipa.

No que concerne a casos de sucesso, para Inês há casos de sucesso esperados, jovens que estavam no acolhimento e que a equipa já tinha expectativas de sucesso, pois essas jovens já apresentavam competências e capacidades de resiliência

Miúdas que saíram da Casa da (nome da casa) e foram para projetos de autonomia de vida e que estão na universidade, miúdas que saíram da Casa da (nome da casa) com o 12ºano. Até podem ter sido mães precoces, mas até hoje as crianças não estão em risco. Estou a lembrar-me de uma, que está emigrada e que foi mãe muito nova, com 19 ou 20, emigrou para o Canadá e é empregada doméstica. E tens caso de sucesso que não esperavas, tens miúdas que saem do acolhimento e tu não viste frutos do teu trabalho (isto também é uma grande dificuldade do nosso trabalho, tu não veres os frutos do nosso trabalho logo). Nós temos uma miúda que saiu do acolhimento para ser sem abrigo no Cais do Sodré, não se esperava nada dela, estava com níveis de consumo muito altos, estava a traficar droga, e neste momento de há 2 anos para cá, ainda não esteve desempregada, mantém sempre um trabalho, está a morar com o seu namorado. Continua com os seus consumos de canabinoides, mas uma coisa que para quem já estava com consumos de drogas mais pesadas, pronto... Mas não é uma subsídio-dependente, é uma miúda funcional que contribui para a nossa sociedade, eu acho que isso é um caso de sucesso. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

A Inês defende que as casas de acolhimento devem ter uma responsabilidade ainda mais acrescida, e que a autonomia deve ser mais segura e plena, porque não existe uma rede de suporte. A Inês acredita que a sociedade deveria ter um olhar mais profundo sobre estas questões, que politicamente estas questões devem ser discutidas. Dá o exemplo do estatuto de vítima de violências doméstica e questiona o porquê de não existir nenhum estatuto que proteja

as crianças e os jovens que foram acolhidas. Da mesma forma que aponta que não existe nenhum estudo de quantas pessoas estão no sistema prisional e que foram acolhidas, ou de quantas pessoas que foram ou são sem-abrigo que foram ex-acolhidos. Para a Inês o fornecimento destes dados seria uma mais valia para a mudança e transformações de políticas. Para a Inês, todas as casas de acolhimento deveriam ter um programa de autonomia, acredita que existe um longo trabalho para que todas as casas entendam o que é realmente a autonomia, pois como a própria afirma:

Porque ter autonomia, não é só ter a autonomia funcional que é mais fácil de ensinar, como é que se faz o IRS, como é que se abre uma conta no banco, que tipo de contratos de arrendamento existem, como é que varres o chão, como é que arrumas a loiça da máquina, como é que fazes a cama. Essa é autonomia funcional, é a autonomia mais fácil... Mas existe a autonomia social, a autonomia pessoal, existe a capacidade de autodeterminação. Um jovem que não tenha desenvolvido em pleno a sua capacidade de autodeterminação, como é que vai tomar boas decisões para a sua vida? (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

A Casa da Lua tem um programa de autonomia pois, foi sentida a necessidade de construir tabelas que detalhem ao pormenor o que são as competências de autonomia: desde a capacidade de autodeterminação, até à autonomia mais funcional. A casa tenta que todos os jovens saiam da casa com diversas competências adquiridas.

Porém, para a Inês quando uma medida de acolhimento é cessada, o corte é muito drástico, e o apoio em autonomia de vida não é suficiente para os jovens conseguirem sobreviver.

(...) um quarto custa 300 e tal euros por mês, que nem sequer os estudantes universitários com pais, com níveis económicos médios altos conseguem manter ou têm dificuldade em manter e os nossos miúdos estão completamente desamparados. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

Com referência ao 1º IAS, que neste momento são 493,20€<sup>32</sup> a Inês faz um reparo que o mesmo valor corresponde ao limiar da pobreza.

Como é que uma jovem irá conseguir alugar uma casa pelo valor de 250€? Ou comer, face à inflação vivida hoje em dia com 150€? Sendo que para um adolescente típico ou um jovem adulto, faz parte da sua vida social estar com os amigos e sair à noite. 30€ para a parte social? É muito difícil, o sistema está muito mal construído, porque tu pagas a uma casa de acolhimento entre 700€ a 1000€ por cada criança, porque é que esse jovem não pode ter esse tipo de apoio? Porque é que não podemos estender este apoio, mais ao longo da vida? (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

Carmo, 54 anos, é licenciada em Relações Públicas e Publicidade, e é a Diretora Técnica (DT) da Casa da Lua há 3 anos, é membro ativo da Direção da Casa há 14 anos. A DT, acredita que o mais motivante de trabalhar em acolhimento prende-se com um sentimento de egoísmo, no sentido que se sente tão bem por estar a fazer algo de útil, encontrando-se no acolhimento com propósito. Porém, não esconde que são inúmeros os desafios do trabalho em acolhimento:

Desde logo porque qualquer criança e jovem que entra no acolhimento vem com fatores traumáticos, ninguém entra no acolhimento porque é giro. Portanto, o grande desafio é conseguirmos que estas crianças e estes jovens confiem em nós e acreditem que nós estamos cá para os ajudar. (Entrevista Carmo, 16 de maio de 2023)

À semelhança da Inês, a Carmo aponta que existem muitas dificuldades no acompanhamento psicológico de todas as crianças e jovens:

As consultas de pedopsiquiatria demoram muito tempo a serem marcadas pelo Serviço Nacional de Saúde. Depois são muito espaçadas, uma jovem tem consulta agora e outra daqui a dois meses, o que não confere as necessidades. A nível de psicologia, eu acho que é pior ainda, portanto eu acho que cada casa de acolhimento se vê com muitas dificuldades a este nível. (Entrevista Carmo, 16 de maio de 2023)

---

<sup>32</sup> Aproximadamente metade deste valor é atribuído aos jovens com medida aplicada em apoio em meio natural de vida. O que quer dizer que muitos dos jovens com medida aplicada em apoio em meio natural de vida, auferem de um apoio monetário de 250€.

A Casa da Lua reúne esforços para estabelecer diversos protocolos com psicólogos. Porém, somente em 2022 é que a casa adquiriu um protocolo com uma Pedopsiquiatra que todos os meses se dirige à casa. A pedopsiquiatra numa primeira instância acompanhava três crianças, atualmente já acompanha cerca de oito crianças e jovens. Outro desafio presente na Casa de Acolhimento prende-se pelo trabalho de autonomia realizado com todas as crianças e jovens acolhidas nesta casa. A Carmo acredita muito nos projetos que a Casa criou e participa, sendo que vinca a importância do trabalho realizado nas unidades efetuado pelos educadores.

O último que nós conseguimos foi no ano passado: A Casa (nome do apartamento de pré-autonomia), que é uma casa de pré-autonomia que infelizmente só dá para 4 jovens, mas que o objetivo é trabalhar em concreto cada questão de cada jovem que ali está e tentar perceber no meio de tanta coisa que ali está, quais são as ferramentas que ainda necessitam para ter uma autonomia plena. (...) Temos também alguns projetos que vamos tentando avançar, como o: “Voar para a autonomia”, que temos um *protocolo* com a PAJE, que também foi um projeto que trabalhou durante 2 anos aqui algumas questões. (Entrevista Carmo, 16 de maio de 2023)

A PAJE, Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)acolhidos, é uma plataforma que no início do ano 2023 foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, e que “pretende promover a inclusão social e laboral de jovens adultos que viveram acolhidos como vítimas prematuras, apoiando em situações burocráticas quotidianas e aconselhamento.” Para a PAJE existe uma necessidade de prestar igualmente apoio psicológico, jurídico, aconselhamento... de forma informal: “ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida, restituindo um pouco de justiça.” Assim sendo, a PAJE é a primeira e a única IPSS em Portugal (sedeada em Coimbra) com o intuito de trabalhar e apoiar os jovens ex-acolhidos.

No que toca ao acompanhamento das crianças e das jovens após a saída do acolhimento, a diretora técnica afirma que tentam realizar esse acompanhamento: “só que não é o acompanhamento que eles mereciam e que necessitam” (sic). A Carmo verbaliza ainda que é necessário um acompanhamento mais eficaz aos jovens que saem das Casas de Acolhimento para autonomia de vida:

Sei que a PAJE tem feito um grande trabalho em relação a esse ponto concreto. Também tem haver com a empregabilidade dos jovens quando saem do acolhimento. Tem que

haver um apoio distinto a estes jovens, porque também é um bocado diferente sairmos de casa da mãe, do pai, casa a qual podemos voltar e nós sabemos que o nosso sistema também já está a haver alguma alteração do arrependimento, mas a coisa corre mal e corre mal, não dá para voltarmos para trás. Mas a PAJE tem feito aqui um trabalho neste sentido que eu acho muito importante, porque nós temos conhecimento e porque experienciamos jovens que aos 18 anos saíram, porque: “Tenho 18anos, já faço da minha vida o que eu quero e ninguém tem nada haver com isso” e que depois se arreenderam... (Entrevista Carmo, 16 de maio de 2023)

Na visão da Carmo, não existem recursos suficientes que façam face a todas as necessidades que existem numa casa de acolhimento:

CAFAP’S (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental) e equipas de apoio, para este trabalho, são escassas, não fazem o trabalho que deviam, nem as CPCJ nem os tribunais. (Entrevista Carmo, 16 de maio de 2023)

#### **4.2) As regras, a transição**

Na Casa da Lua, é fundamental a implementação das rotinas, a importância das crianças e dos jovens reconhecerem a autoridade e os limites colocados pelos educadores e todos os profissionais da casa. Não existem regras em demasia, existem limites que promovem a segurança, o equilíbrio e o bem-estar às crianças e jovens de forma a que sejam trabalhados momento securizantes e de bem-estar com os jovens. É proibido fumar canabinoides, sendo que o tabaco é permitido aos jovens nas zonas exteriores mediante a autorização e acordo de toda a equipa com os jovens. É proibido o consumo de álcool em qualquer zona da casa. Existem consequências nomeadamente a recolha dos telemóveis, sempre que os jovens saem da casa sem autorização prévia. A Casa da Lua não é uma casa de acolhimento fechada, a porta da casa encontra-se destrancada, os adultos da casa não podem obrigar um jovem a permanecer. Porém sempre que alguma jovem sai sem autorização, o educador de turno tem de apresentar queixa de desaparecimento à Polícia. Existe uma rotina implementada nos cumprimentos dos horários das refeições, bem como o horário do deitar e a entrega dos telemóveis. Na casa, a comunicação entre a criança/jovem e o educador é fundamental, existe um trabalho prévio de mediação e acordo, porém existem casos específicos em que é necessário a imposição do adulto. Não podem haver relações românticas e/ou sexuais entre as crianças e os jovens: e caso os jovens pretendam assumir uma relação de cariz amoroso, devem informar os educadores de modo a

serem trabalhadas as questões das responsabilidades afetivas e de modo a evitar e banalizar comportamentos sexualizados. Para todas as crianças e jovens são construídos planos de intervenção (PI), que têm por objetivo o plano de vida dos mesmos. Esse plano deve ser cumprido na íntegra e permite à criança e ao jovem ter como foco os objetivos a que se propõe. Mediante a idade e o plano de intervenção do jovem, um dos objetivos, caso esteja a ser trabalhado com o jovem a autonomia de vida, passa pela integração no apartamento de pré-autonomia. Para integração neste apartamento pré autonomia-Casa Flor existem critérios específicos que foram estabelecidos pela equipa da casa, como já referido:

Apoiar a transição para a vida adulta de jovens residentes e a sua inserção na sociedade através de uma metodologia de intervenção específica com vista à sua responsabilização e autonomização; Proporcionar aos jovens residentes a aquisição/desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares/formativas e profissionais; Mediar processos de autonomia e participação ativa na vida em sociedade potenciando os fatores de inserção social; Proporcionar alojamento e as condições necessárias ao bem-estar físico, psíquico e social dos jovens residentes. Por fim, desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível psicossocial, material, informativo e de inserção sócio laboral. (Projeto-Casa Flor, 2022)

Para que a intervenção se possa considerar bem-sucedida, os jovens que integrarem o projeto de pré autonomia devem no final desta intervenção terem um maior autoconhecimento que lhes permita compreender melhor a sua realidade, e a apaziguar as suas vulnerabilidades. Ou seja, encaixar todas as suas vivências. Terem conhecimentos básicos e realizarem de forma autónoma as tarefas de gestão doméstica bem como, serem capazes de reconhecer e utilizar os recursos comunitários.

## Capítulo V: Políticas Públicas- A Discussão

(...) eu aprendi uma analogia numa formação, que tu tens, 4 tipos de animais: o macaco, o gato, o sapo e o peixe. Vais dar a mesma ordem a estes animais: subir à árvore. O macaco não precisas de lhe dizer nada, nem de lhe dar a ordem, ele vai subir à árvore de forma inata e vai ter sucesso na vida (fazendo o paralelo para as nossas miúdas). Portanto seriam miúdos que iriam ter mais sucesso no modelo assistencialista que tínhamos antigamente. Depois tens alguns miúdos que são gatos, que precisam que tu encaminhes, lhe dêes a ordem, algum suporte na decisão, mas que têm todas as competências para subir à árvore e vão subir à árvore com sucesso. Depois vais apanhar imensos sapos, os sapos sobem, conseguem subir à árvore, mas vão cair muitas vezes, e o teu trabalho vai ter que ser pegar neles voltar a pô-los na árvore. Eles vão voltar a cair, tu vais voltar a pô-los na árvore, mas com muito esforço eles vão conseguir subir à árvore. O peixe tu podes dizer tudo o que quiseres, ele nunca vai subir à árvore e também tens muitos peixes no acolhimento. (Entrevista Inês, 22 de maio de 2023)

Estabelecido no artigo 35.ºA (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), conhecida como a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), é determinado que jovens, com histórias de vida completamente desestruturadas, perpetradas de maus tratos, traumas, negligência, se autonomizem entre os 18 e os 25 anos de idade. Aos 18 anos, os jovens acolhidos têm o direito de decidir sair do acolhimento.

Em Portugal, os jovens tendem a sair mais tarde da casa dos pais. A média em 2022, segundo os dados da Eurostat, apontava para os 29,7 anos. Jovens adultos que saem de casa dos seus pais e que decidem sair podem sempre recorrer à sua rede de suporte. Os jovens acolhidos que saem para autonomia de vida não têm a quem recorrer. Segundo Melo (2022), o Professor Doutor João Pedro Gaspar tem sido uma figura central no acolhimento em Portugal, destacando-se especialmente pelo apoio prestado aos jovens no pós-acolhimento. A PAJE<sup>33</sup> reconheceu que as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens surgem após deixarem as casas de acolhimento. Uma das principais conquistas da PAJE foi a luta pela possibilidade de que os

---

<sup>33</sup> Conforme mencionado anteriormente, a PAJE (Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos) foi criada em 2016, tendo como fundador o Professor Doutor João Pedro Gaspar

jovens pudessem retornar ao sistema de acolhimento, caso a experiência de autonomia não fosse bem-sucedida (Melo, 2022). Esta mudança legislativa foi aprovada e, desde janeiro de 2024, através da Lei n.º 23/2023, de 25 de maio veio permitir aos jovens ex-acolhidos que em caso de arrependimento, após a sua decisão de cessão da medida de acolhimento residencial, têm possibilidade de reintegrarem o acolhimento residencial, desde que estejam a estudar ou a fazer formação, até aos 25 anos.

O tempo de uma criança e de um jovem nunca será o tempo do Estado e das Políticas Públicas. Existe falta de recursos para os jovens, nomeadamente para as questões de saúde mental. Os jovens quando saem do acolhimento deixam de ter acesso às consultas das quais necessitam, do apoio e da medicação que tinham enquanto estavam em acolhimento. O Rendimento Social de Inserção (RSI)<sup>34</sup>, não permite alugar uma casa em Lisboa, ou mesmo que seja possível alugar um quarto em outra cidade, não há margem monetária para medicação e alimentação.

A Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro, veio regular também o novo regime de organização e funcionamento das casas de acolhimento. Porém, somente em março de 2024 a Portaria n.º95/2024<sup>35</sup> artigo 3º definiu a comparticipação financeira mensal da segurança social, por criança ou jovem acolhido em unidade residencial: 2400,79€.

A Casa da Lua passou por diversas transformações ao longo dos anos, não só a nível de espaço físico<sup>36</sup> como também acompanhou as transformações sociais<sup>37</sup> e económicas. Apesar de todas as transformações, irão sempre existir crianças em situação de perigo e/ou risco. É utópico acreditar que haverá rompimento de ciclos constantes de mau trato e negligência. Porém, este não rompimento de ciclos não pode ser visto como algo fatalista, existem questões inquestionáveis: Será que o Estado fornece o devido acompanhamento para apoiar estas crianças e jovens que iniciaram uma vida de trauma? Serão as casas de acolhimento resposta para o desenvolvimento integral para estas mesmas crianças e jovens? Viver e crescer em acolhimento não é apenas uma vivência momentânea, mas um chamado: “mal menor”. Não obstante nos últimos dez anos tem sido possível verificar algumas alterações às legislações que envolvem a

---

<sup>34</sup> Um jovem que é beneficiário do Rendimento Social de Inserção (RSI) pode, em algumas situações, usufruir também do Apoio à Autonomia de Vida. No entanto, a elegibilidade e a combinação desses apoios dependem das circunstâncias individuais e das políticas específicas em vigor.

<sup>35</sup> Apesar desta portaria ter sido publicada a mesma ainda não se encontra aplicada.

<sup>36</sup> Ver anexo E.

<sup>37</sup> Como por exemplo a personalização do acolhimento, a formação dos profissionais e a participação dos jovens.

proteção de crianças e jovens, sendo que a PAJE tem tido um contributo fundamental para a alteração destas mesmas legislações, nomeadamente:

Aumento da idade<sup>38</sup> em que os jovens podem estar acolhidos até aos 25 anos (desde que a estudar ou a frequentar formação); inclusão de ex-acolhidos com vantagens no acesso a estágios profissionais e a "medidas-emprego"; direito ao arrependimento em que os jovens após os 18 anos quando decidam sair da Casa de Acolhimento poderão regressar a casas de acolhimento; Programas de autonomização durante o período de acolhimento; aumento da idade da adoção (até aos 18 anos).

A Segurança Social com referência ao programa de Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens, lançado a 1 de junho de 2023, estabeleceram as seguintes metas a atingir até 2030:

Aumentar e reforçar em 50% o número de respostas em meio natural de vida;

Garantir que 90% das crianças, até aos 12 anos com medida de colocação, estão integradas em Famílias de Acolhimento;

Garantir que 90% dos jovens com medida de promoção e proteção, e que tenham os critérios necessários, integram resposta promotora de autonomia;

Garantir que 100% das Casas de Acolhimento se encontram qualificadas face às necessidades efetivas dos jovens;

Garantir uma taxa de desinstitucionalização de 80%, com a passagem de 6000 para 1200 crianças e jovens institucionalizados através de medidas de meio natural de vida.  
(Segurança Social, 2023)

É perceptível compreender que existe uma necessidade urgente de Portugal apostar no acolhimento familiar. No entanto, qual o verdadeiro motivo porque Portugal não fomenta o acolhimento familiar? É importante que todos compreendamos que as CPCJ e os tribunais podem aplicar medidas protetivas de crianças e jovens junto da família alargada. No entanto, em Portugal, contrariamente a outros países da União Europeia esta medida não é considerada uma medida de Acolhimento Familiar. O acolhimento junto de outro familiar (família alargada) é

---

<sup>38</sup> Sendo que mesmo a estudar ou a frequentar formação os jovens só poderiam estar acolhidos até aos 21 anos.

uma modalidade de acolhimento, mas não é considerado acolhimento familiar formal no sentido legal e técnico, pois este último refere-se a famílias de acolhimento não biológicas, selecionadas e acompanhadas pelo Estado. O acolhimento junto de familiares próximos é visto como acolhimento em meio natural de vida ou acolhimento junto de outro familiar, pois mantém a criança no ambiente familiar e preserva os laços biológicos e afetivos. No entanto, estes familiares não recebem necessariamente os mesmos apoios ou subsídios que as famílias de acolhimento formais.

O Acolhimento Familiar carece de apoios monetários e acompanhamento de uma equipa técnica multidisciplinar a cada família, o que por si só irá acarretar um financiamento considerável do Estado no apoio a famílias alargadas de acolhimento. Se uma medida de promoção e proteção junto de outro familiar não é considerada acolhimento familiar em Portugal significa, que o Estado/Segurança Social não investe nesta resposta. Muitas vezes, é perceptível compreender que muitas vezes existe uma rede de suporte familiar alargada, porém a mesma não pode ser considerada uma resposta protetiva a uma criança e um jovem porque esta rede tem um acompanhamento técnico escasso ou nulo e não tem qualquer apoio monetário garantido, o que muitas vezes promove que a CPCJ e os tribunais optem por medidas de acolhimento residencial.

## Conclusão

Elas (as pessoas grandes) adoram os números. Quando lhes falamos de um novo amigo, as pessoas grandes jamais se interessam por saber como ele realmente é. (...) Mas perguntam: Qual é a idade? Quantos irmãos tem? Quanto pesa? Quanto ganha o pai? Somente assim é que elas julgam conhecê-lo. (Saint-Exupéry, 1943, p. 12)

A presente investigação teve como objetivo debater os desafios da transição para a vida adulta dos jovens acolhidos e ex-acolhidos, e será também uma oportunidade para sensibilizar a academia e decisores políticos para as dificuldades nesta mesma transição e os ritos de impasse dos jovens acolhidos nos seus processos de autonomização. Sem dúvida que este objetivo é bastante ambicioso e extremamente desafiante, influenciando o percurso da investigação. Ao definir o centro de pesquisa na transição para a vida adulta e nos ritos de impasse das jovens acolhidas, procurei estudar, por meio da observação do seu quotidiano, os desafios presentes na autonomização das residentes do apartamento de pré-autonomia, Casa Flor. Assim, pretendi estudar os seus ritos de impasse, o que se revelou um grande desafio.

No Capítulo I, explorei a infância e juventude como construção social, bem como a transição para a vida adulta e os ritos de impasse, prestando especial atenção às definições de risco e autonomia. No Capítulo II desta dissertação, explorei o contexto histórico e legal da proteção de crianças e jovens em Portugal, com foco na evolução das políticas e das medidas de acolhimento. Elenquei a importância das políticas de proteção e algumas mudanças que foram implementadas ao longo dos anos numa tentativa de melhoria do sistema de acolhimento. Já no Capítulo III, quis compreender o processo de autonomização para a vida adulta de duas jovens: Caetana e Vitória.

Para a Caetana a ideia de sair do acolhimento era aterradora, sendo ela muito grata por ter crescido numa casa de acolhimento. Em setembro de 2024, a Caetana integrou um apartamento de autonomia em Lisboa. Temos conversado algumas vezes por vídeo chamada e trocado algumas mensagens. Ela tem tido dificuldade em manter ligação com a sua nova educadora. Verbalizou que iria para a faculdade fazer uma licenciatura, porém ainda não concluiu o 12º ano e o que foi conversado com a Caetana é a possibilidade de realizar um Curso de Nível 5, um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP).

A Vitória, saiu chateada e magoada da casa de acolhimento e apesar de referir que a Casa de Acolhimento a apoiou na sua saída, é notório na entrevista (que a mesma concede nesta

investigação), que este acompanhamento foi meramente pontual. A Vitória acredita que é difícil uma jovem permanecer na casa até aos 25 anos de idade. Facto, é que enquanto trabalhei na casa de acolhimento, não pude constatar que nenhuma jovem ficasse depois dos 21 anos de idade. Se é possível um jovem permanecer até aos 25 anos de idade numa casa de acolhimento? A lei diz que sim, mas o jovem precisa estar muito bem estruturado e com capacidade de dar continuidade aos seus estudos. Assim que um jovem comece a trabalhar a partir dos 18 anos de idade, o jovem é “convidado” a seguir para a sua vida autónoma, o mesmo acontece se o jovem estiver com comportamentos desadequados, sem querer concluir os estudos e/ou procurar trabalho.

Por fim, no Capítulo IV, procurei entender as perspetivas dos profissionais da Casa de acolhimento, bem como descrever o funcionamento e as regras da Casa da Lua, destacando a importância da rotina e dos limites como forma de garantir o bem-estar e a segurança dos jovens. De igual forma debati as políticas públicas, tendo em conta que somente a 22 de dezembro de 2023 o Diário da República nº243/2023, série um I, publicou a portaria nº450/2023, que tem por princípio o estabelecimento do regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens. Esta portaria, veio atualizar e regulamentar aspetos específicos do apoio à autonomia de vida, incluindo a definição de condições, valores e procedimentos mais detalhados, ajustando as práticas e políticas às necessidades atuais dos jovens em transição para a vida autónoma. Como a coordenadora da equipa educativa da Casa da Lua referiu na sua entrevista, as crianças e jovens até para irem para uma casa de acolhimento “precisam de ter alguma sorte”, porque até mesmo o funcionamento das casas de acolhimento com as mesmas valências, têm estruturas e metodologias dispare. Neste sentido, onde estão os resultados da monitorização das casas de acolhimento? Os dados do CASA, fornecidos pela Segurança Social, são escassos para qualquer investigação, não existindo outras informações complementares.

É de realçar o trabalho incansável de muitas equipas da área social, mas a escassez de resposta para o acompanhamento de jovens ex-acolhidos promove a sua instabilidade em autonomia de vida. Porque é tão escasso o apoio a estes jovens? Porque não existem equipas multidisciplinares para acompanhar de forma segura estes jovens em autonomia de vida? A escassez de acompanhamento a jovens ex-acolhidos é um problema estrutural que combina falta de recursos, ausência de políticas públicas adequadas, sobrecarga dos profissionais da área social e uma transição abrupta para a vida adulta. A falta de uma abordagem que considere a continuidade do apoio e a construção de autonomia é uma lacuna que precisa ser preenchida para evitar que estes jovens enfrentem mais vulnerabilidades quando saem do sistema de acolhimento.

A história do “Príncipezinho” transmite a mensagem que é preciso exigir de cada um, o que cada um pode dar. O Estado Português coloca o cerne desta exigência sobre os jovens Ex-acolhidos, como se os mesmos fossem munidos de ferramentas necessárias para gerir os desafios da autonomia de vida, o que é bastante insensato. Onde está o Estado Português para dar as respostas necessárias? O que pode parecer óbvio, esta investigação responde que tudo tem levado passos muito lentos<sup>39</sup> no que é realmente a promoção de proteção de crianças e jovens em situação de risco.

As Casas de Acolhimento não são a solução ideal para a proteção das crianças e dos jovens. As casas de acolhimento são o “mal menor” para o desenvolvimento e estruturação das crianças e dos jovens, pois o sistema foi concebido sobre a visão e teoria de equipas multidisciplinares. Porém a sua conceção não garante que a mesma seja eficaz e até mesmo executada. Quem faz o sistema funcionar são seres humanos, todos com características individuais, e sem uma supervisão adequada e uma monitorização eficaz; o mesmo pode ter consequências gravosas e devastadoras para o desenvolvimento de uma criança ou jovem.

Os profissionais de uma casa de Acolhimento, principalmente de uma IPSS, recebem pouco para a exigência profissional que lhe é solicitada. Trabalhar numa casa de acolhimento promove no profissional uma sensação de desgaste e a consequência desse processo é a contínua rotatividade, agravando a sensação de abandono entre crianças e jovens. Que fique escrito: que o amor não cura tudo, pois para se trabalhar numa casa de acolhimento são necessárias competências como resiliência emocional, conhecimento das leis e regulamentações, educação e formação. Não é por se ser mãe ou pai que é fornecida a garantia de ser um profissional qualificado para exercer funções numa casa de acolhimento. Não se pode integrar profissionais numa casa de acolhimento só porque é necessário preencher vagas<sup>40</sup>, porque todas estas decisões implicam de forma direta na qualidade e estrutura das crianças e jovens. Uma casa de acolhimento nunca será uma família.

É urgente fomentar o Acolhimento Familiar de qualidade. Se, por um lado, o Estado Português não compreende a importância de financiar todas estas questões, com certeza que no futuro a falta de financiamento no acolhimento familiar sairá muito mais caro no que diz respeito a colmatar todo o passado traumática e a educação deficitária que foram promovidas a todas as crianças e jovens em situação de risco e perigo.

---

<sup>39</sup> Entenda-se esta referência temporal, como tempo de desenvolvimento e maturação de cada criança e jovem na sua infância/juventude

<sup>40</sup> De igual forma, é desafiante cuidar de crianças e jovens acolhidos e, ao mesmo tempo, atrair e manter profissionais altamente capacitados, mesmo com orçamentos limitados.

Esta investigação apenas compreendeu uma casa de acolhimento no distrito de Lisboa, mas face ao objetivo a que me propus, pretendi assim levantar a ponta do véu do sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Como referem Gaspar e Guerra (2024): “O que se passa na infância, não fica na infância”.

Deixar nota que mantenho contacto com a Vitória, a Caetana e outras jovens que residiram e residem na casa. A Caetana e a Vitória continuam nas suas viagens de resiliência e autonomia de transição para a vida adulta.

## Referências Bibliográficas

- Abreu C. N. D. (2005). *A teoria da vinculação e a prática da psicoterapia cognitiva*. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 1(2), 43-58.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Zahar.
- Barbosa, P., Neumann, A., Alves, C., Teixeira, M. A., & Wagner, A. (2017). Autonomia, responsividade/exigência e legitimidade da autoridade parental: Perspetiva de pais e adolescentes. *Psico-USF*, 22(1), 23-34.
- Banha, I. (2018). Preços das casas empurram jovens para fora de Lisboa. *Jornal de Notícias*.
- Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S., & Chintapalli, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: A framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), 147-175.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Berzin, S. C., Rhodes, A., & Curtis, M. A. (2011). Housing experiences of former foster youth: How do they fare in comparison to other youth? *Children and Youth Services Review*, 33, 2119-2126.
- Bourdieu, P. (1980). De igual a igual: El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales.
- Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra. In *Questões de sociologia*. Marco Zero.
- Burawoy, M. (2009). *The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. University of California Press.
- Calheiros, M., Garrido, M., & Rodrigues, L. (2005-2009). *Projeto de investigação: Programa de Residência e Apoio à Integração de Adolescentes (RAIA) - Autonomização de jovens institucionalizados: Problemas e respostas*. ISCTE – Lisbon University Institute.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Infância e juventude: Políticas e práticas*. Edições Sílabo.
- Carvalho, M. J. L. (2013). Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens. *Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano*.
- Carvalho, M. J. L., & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. In *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 4-15).
- Coleman, J. (1961). *The adolescent society: The social life of the teenager and its impacts on education*. Free Press of Glencoe.
- Creswell, J. W. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). SAGE.
- Del Valle, J. F., & Fuertes Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Pirámide.

- Delimbeuf, K. (2017). *Nunca mais é hora de ser crescido*. Jornal Expresso.
- Feixa, C. (1996). Antropología de las edades. In *Ensayos de Antropología Cultural. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat* (pp. 319-335).
- Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra] Repositório.
- Giddens, A. (2013). O mundo na era da globalização. *Editorial Presença*.
- Goffman, A. (2014). On the run: Fugitive life in an American city. *University of Chicago Press*.
- Green, B., & Bigum, C. (1993). Aliens in the classroom. *Australian Journal of Education*, 37(2), 119-141.
- Green, B., & Bigum, C. (1998). Discussing the new role played by youth in school: Advocating the emergence of a new generation of "postmodern student-subjects". *Journal of Education*, 178(2), 27-40.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2023). *CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (1996). Vinculação e processos desenvolvimentais nos jovens e adultos. *Edições Universidade de Coimbra*.
- Melo, M. (2022). Há uma resposta inovadora, mas continua a ser desafiante a vida de quem viveu numa casa de acolhimento. *Coimbra Coletiva*.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school: What we know and what we can do*. Blackwell Publishing
- Pais, J. M. (2003). The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*, 6(2), 115-126.
- Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Edições ASA*.
- Pais, J. M. (2006). *Cultura infantis: Estudos sobre a infância, família e escola*. Edições ASA.
- Pais, J. M. (2009). A juventude como fase de vida: Dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde e Sociedade*, 18, 371-381.
- Parsons, T. (1942). Age and sex in the social structure of the United States. *American Sociological Review*, 7(4), 565-577.
- Pires, S. A. D. C. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas* [Tese de doutoramento Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação]. Repositório

- Raymond, M. T. (1999). Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes. *Infância e Juventude*, 1, 9-112.
- Reis, V. J. O. (2009). Crianças e jovens em risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco. *Universidade de Coimbra*.
- Raposo, O. R. (2007). *Representa Red Eyes Gang: Das redes de amizade ao hip hop* [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. Repositório.
- Saint-Exupéry, A. de. (2016). O Príncipezinho (M. M. Souza, Trad.). *Assírio & Alvim*. (Publicação original em 1943).
- Sarmento, M. J. (2004). Sociologia da infância: Correntes e perspectivas. *Edições ASA*.
- Sarmento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2017). *Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal*. *Sociedade e Infâncias*, 39-60.
- Tormenta, P. S. C. C. (2013). *Indicadores de resiliência na criança e sua relação com percepção de risco e qualidade de vinculação nos prestadores de cuidados, em crianças com ou sem intervenção precoce* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório.
- Vinagre, M. D. C. (2021). *Projeto SEGue-Salto em Grande: O processo de acompanhamento dos jovens após o acolhimento residencial*. [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório.
- Zucchetti, D. T., & Bergamaschi, M. A. (2007). Construções sociais da infância e da juventude. *Cadernos de Educação*, 28.

### **Outras Fontes**

- EUROSTAT (2024) *Site oficial da agência estatística da União Europeia*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>, última consulta: 18 de maio de 2024.
- OMS (2023) *Site oficial da Organização Mundial da Saúde*. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/m>, consultado em 9 de junho de 2023.
- UNICEF (2024) *Site oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância*. Disponível em: <https://www.unicef.org/>. consultado em: 12 de novembro de 2023.
- UNICEF (2024) *Transmonee Analytical series Pathways to Better Protection*. Disponível em: <https://www.unicef.org/eca/media/33251/file/Pathways%20to%20better%20protection.pdf>, última consulta em: 28/09/2024
- Relatório CASA (2022) *Site oficial da Segurança Social*. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA>, última consulta em: 12/05/2024

Bases para a Qualificação do Sistema de Acolhimento de Crianças e Jovens (2023) *Site oficial da Segurança Social*. Disponível em: [https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset\\_publisher/kBZtOMZgstp3/content/bases-para-a-qualificacao-do-sistema-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens?redirect=https%3A%2F%2Fwww.seg-social.pt%3A443%2Fnoticias%3Fp\\_p\\_id%3D101\\_INSTANCE\\_kBZtOMZgstp3%26p\\_p\\_lifecycle%3D0%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_mode%3Dview%26p\\_p\\_col\\_id%3Dcolumn-1%26p\\_p\\_col\\_count%3D1%26\\_101\\_INSTANCE\\_kBZtOMZgstp3\\_advancedSearch%3Dfalse%26\\_101\\_INSTANCE\\_kBZtOMZgstp3\\_keywords%3D%26\\_101\\_INSTANCE\\_kBZtOMZgstp3\\_delta%3D100%26p\\_r\\_p\\_564233524\\_resetCur%3Dfalse%26\\_101\\_INSTANCE\\_kBZtOMZgstp3\\_andOperator%3Dtrue](https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/bases-para-a-qualificacao-do-sistema-de-acolhimento-de-criancas-e-jovens?redirect=https%3A%2F%2Fwww.seg-social.pt%3A443%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_kBZtOMZgstp3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_kBZtOMZgstp3_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_kBZtOMZgstp3_keywords%3D%26_101_INSTANCE_kBZtOMZgstp3_delta%3D100%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_kBZtOMZgstp3_andOperator%3Dtrue), última consulta em: 15/05/2024

### **Documentos legislativos/normativos**

Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao\\_universa\\_l\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universa_l_dos_direitos_do_homem.pdf)

Convenção sobre os Direitos da Criança. (1989). Convenção sobre os Direitos da Criança. [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_sobre\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_sobre_direitos_da_crianca.pdf)

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). (1999). Diário da República, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619>

Lei n.º 23/2023, de 25 de maio. (2023). Diário da República, Série I, 45-46. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2023-213498832>

Portaria n.º 95/2024 do Ministério da Educação. (2024). Diário da República, Série I, 15-16. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/95-2024-854635725>

Portaria n.º 450/2023 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2023). Diário da República, Série I, n.º 243. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/450-2023-812826259>

## Anexos

### Anexo A- Enquadramento das jovens acolhidas (e ex-acolhida) residentes no apartamento de pré-autonomia à data da pesquisa e que foram entrevistadas

**Tabela 3-Jovens acolhidas no apartamento de pré autonomia**

<b>Nome</b> (Fictício)	<b>Idade</b> (à data da realização do trabalho de campo)	<b>Nacionalidade</b>	<b>Idade em que foi acolhida</b>	<b>Integra o apartamento de pré-autonomia-Casa Flor</b>
<b>Bruna</b>	18anos	Portuguesa	Aos 14anos	Desde agosto de 2022
<b>Caetana</b>	18anos	Portuguesa	Aos 14anos	Desde agosto de 2022
<b>Maria</b>	19anos	Portuguesa	Aos 11anos	Desde outubro de 2022
<b>Sónia</b>	21anos	Nepalesa	Aos 13anos	Desde agosto de 2022
<b>Dados da jovem ex-acolhida</b>				
<b>Vitória</b>	22anos	Luso-Angolana	Esteve acolhida desde os 17anos até aos 20anos (3anos e meio)	

## Anexo B- Conceito de Risco vs Perigo

**Tabela 4- Situação de risco vs situação de perigo**

<b>Situações de Risco</b>	<b>Situações de Perigo</b>
Conceito mais amplo e abrangente.	Conceito mais específico e concreto.
Implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (por exemplo: situações de pobreza).	Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo acontecer perante uma situação de crise aguda (por exemplo: morte, divórcio...).
A manutenção ou a agudização dos fatores de risco poderão, em algumas circunstâncias, conduzir a situações de perigo.	Situações tipificadas na Lei, podendo ser difícil a demarcação das situações de risco
A intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo.	A intervenção visa remover o perigo em que a criança se encontra.
Prevenção primária e secundária das situações de perigo.	Aplicação de uma medida de promoção e proteção, bem como promover a prevenção de reincidências e a reparação e superação das consequências dessas situações.

## Anexo C-Consentimento Informado

### CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. O estudo tem por objetivo sensibilizar a academia e os decisores políticos para as dificuldades de integração dos jovens ex-acolhidos bem como analisar o trabalho desenvolvido com os jovens acolhidos relativamente aos seus processos de autonomização. O estudo é realizado por Sara Filipa Dias Monteiro(sfdmo@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em uma entrevista com duração prevista 1h30. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. A participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito nele participar.

Lisboa, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Anexo D- Guiões de Entrevista

### **Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas**

**(Aos colaboradores)**

Eu, Sara Filipa Dias Monteiro estou a desenvolver uma dissertação alusiva ao tema “Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas” no âmbito do Mestrado de Sociologia no ISCTE, sob a orientação do Professor Doutor Ótávio Raposo e sob a coorientação do Professor Doutor João Pedro Gaspar.

A presente investigação, tem como objetivo sensibilizar a academia e os decisores políticos para as dificuldades de integração das jovens ex-acolhidos, bem como analisar o trabalho desenvolvido com as jovens acolhidas relativamente aos seus processos de autonomização.

A sua colaboração é uma mais valia para este processo.

Grata pela sua colaboração

#### **Consentimento Livre e Informado**

**Consinto livre e voluntariamente que as minhas respostas a esta entrevista sejam utilizadas em textos científicos, sendo que os dados recolhidos são estritamente confidenciais.**

*Marcar apenas um quadrado*

Sim

Não

Idade:

Anos de experiência:

Nível de escolaridade:

Profissão:

1. Quais são os motivos que levam uma criança ou jovem a serem acolhidos?
2. Quais são os maiores desafios que encontram ao trabalhar com estas crianças e jovens?
3. Tem em mente casos de sucesso com crianças e jovens que estiveram acolhidos, que possa partilhar?
4. Que estratégias pode uma Casa de Acolhimento criar com o objetivo de fomentar as competências de autonomia das jovens que acolhe?
5. Considera que o jovem ao atingir a idade adulta e sua autonomização está capacitado para se inserir na sua nova realidade social? Justifique.
6. Indique algumas propostas que acredite serem uteis, nas casas de acolhimento para melhorar os processos de autonomização dos jovens.

7. Após a saída das jovens para a autonomia de vida, qual o papel que a Casa da Lua desempenha no acompanhamento das jovens ex-acolhidas?
8. Estruturalmente de que forma o Sistema de Proteção poderia ser alterado de modo a aumentar a proteção das jovens na saída das casas de acolhimento?
9. Quais as maiores dificuldades no trabalho desenvolvido nas Casas de Acolhimento?

### **Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas**

#### **(Jovens ex-acolhidas )**

Eu, Sara Filipa Dias Monteiro estou a desenvolver uma dissertação alusiva ao tema “Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas” no âmbito do Mestrado de Sociologia no ISCTE, sob a orientação do Professor Doutor Ótávio Raposo e sob a coorientação do Professor Doutor João Pedro Gaspar.

A presente investigação, tem como objetivo sensibilizar a academia e os decisores políticos para as dificuldades de integração das jovens ex-acolhidos, bem como analisar o trabalho desenvolvido com as jovens acolhidas relativamente aos seus processos de autonomização.

A sua colaboração é uma mais valia para este processo.

Grata pela sua colaboração

#### **Consentimento Livre e Informado**

**Consinto livre e voluntariamente que as minhas respostas a esta entrevista sejam utilizadas em textos científicos, sendo que os dados recolhidos são estritamente confidenciais.**

*Marcar apenas um quadrado*

Sim

Não

Idade:

Com quem vive?

Naturalidade:

Residência:

Nível de escolaridade:

Tem filhos?

Profissão:

1- Que memórias tem da sua infância e da sua adolescência?

2-Quanos anos tinha quando foi acolhida? Quantos anos permaneceu no acolhimento?

3- Como era a sua relação com a equipa da Casa de Acolhimento?

- 4- Gostava de viver na casa de acolhimento? O que mais gostava? O que menos gostava?
- 5- Fez amizades na casa de acolhimento? Partilhe uma história importante que retrate um pouco o seu sentimento pela Casa de Acolhimento
- 6- Sentiu mudanças no seu crescimento durante e após a sua saída da Casa de acolhimento? Quais?
- 7-Quais as memórias mais positivas que tem da casa de acolhimento? E menos positivas?
- 8-Quando cessou a sua medida, como se sentiu?
- 9- Que avaliação faz sobre a sua passagem pela casa de acolhimento?
- 10-Considera que o facto de ter vivido numa casa de acolhimento teve influência na sua vida? Porquê?
- 11- Após a saída da Casa de acolhimento, manteve contacto com algum profissional da casa?
- 12-Quais as principais dificuldades que sentiu quando saiu da Casa de Acolhimento?

### **Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas**

#### **(Jovens acolhidas)**

Eu, Sara Filipa Dias Monteiro estou a desenvolver uma dissertação alusiva ao tema “Transição para a vida adulta e ritos de impasse: Expectativas e realidades de jovens acolhidas” no âmbito do Mestrado de Sociologia no ISCTE, sob a orientação do Professor Doutor Ótávio Raposo e sob a coorientação do Professor Doutor João Pedro Gaspar.

A presente investigação, tem como objetivo sensibilizar a academia e os decisores políticos para as dificuldades de integração das jovens ex-acolhidos, bem como analisar o trabalho desenvolvido com as jovens acolhidas relativamente aos seus processos de autonomização.

A sua colaboração é uma mais valia para este processo.

Grata pela sua colaboração

#### **Consentimento Livre e Informado**

**Consinto livre e voluntariamente que as minhas respostas a esta entrevista sejam utilizadas em textos científicos, sendo que os dados recolhidos são estritamente confidenciais.**

*Marcar apenas um quadrado*

Sim

Não

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Residência:

Nível de escolaridade:

Profissão:

1-Quanos anos tinha quando foi acolhida?

2- Como é a sua relação com a equipa da Casa de Acolhimento?

3- Sentiu mudanças no seu crescimento na transição das unidades para o apartamento de pré autonomia?

4-Do que sente mais falta da sua experiência nas unidades?

5-Como se sente ao saber que a sua medida terá de cessar aos 21 anos, caso não prossiga os seus estudos?

6- Acredita que a sua permanência no apartamento de pré autonomia é uma mais valia para a sua autonomização?

7-Considera que o facto de viver numa casa de acolhimento tem influência na sua vida? Porquê?

8- Futuramente quando sair da Casa de acolhimento, acredita que terá dificuldades em integrar-se numa nova realidade? Porquê?

9-Quais as principais dificuldades que sente por viver num apartamento de pré-autonomia?

10-Acredita que tem o apoio necessário dos profissionais da casa de acolhimento para o seu projeto de vida em autonomia?

**Anexo E- Casa da Lua 1945-2023**



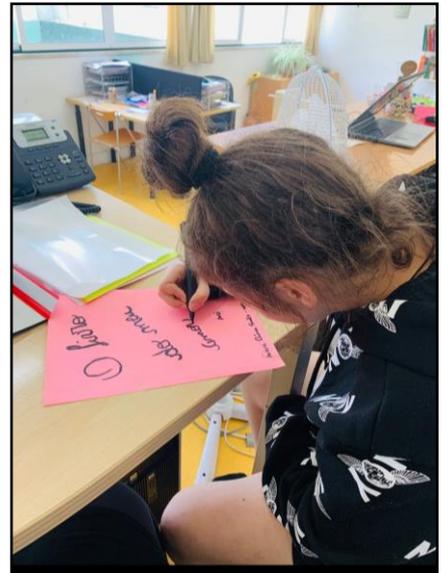
**Figura 0.1-Refeitório|1945**



**Figura 0.2- Sala de Refeições|2023**



**Figura 0.3-Sala de Aula|1945**



**Figura 0.4-Sala de estudo|2023**



**Figura 0.5-Dormitório|1945**



**Figura 0.6-Quarto|2023**

Anexo F- Desenhos Caetana

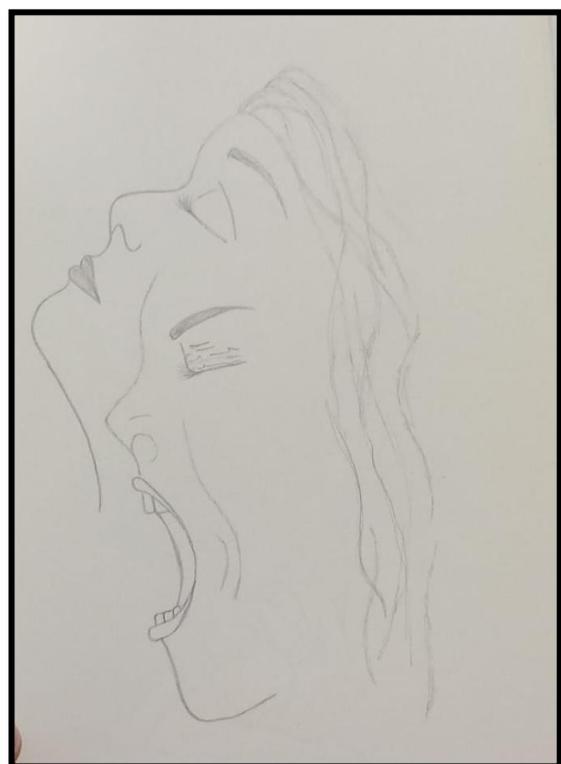
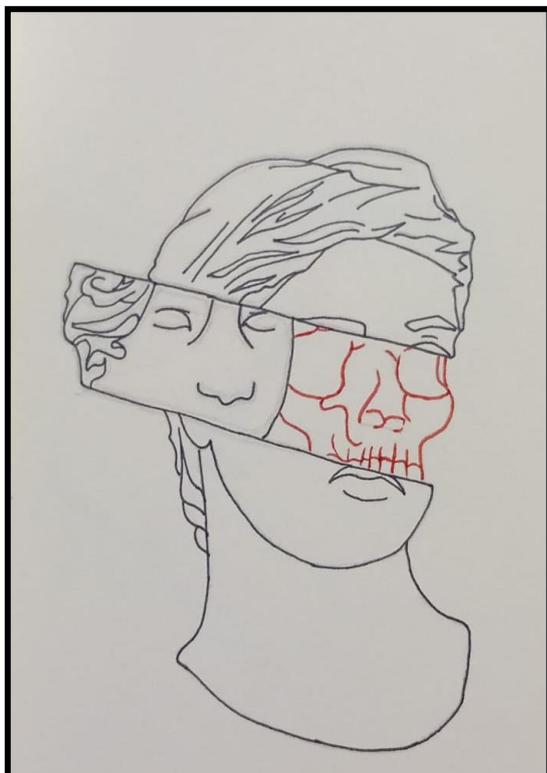
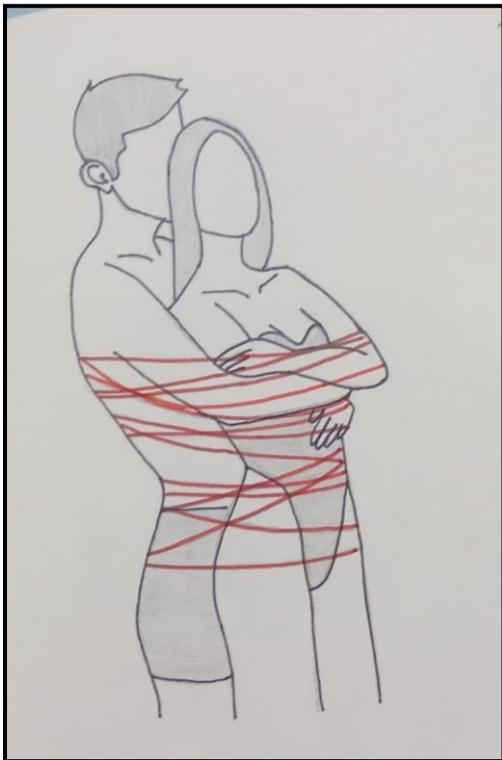


Figura 0.7-Desenhos elaborados pela Caetana